



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DA 11ª REGIÃO MILITAR  
(Cmdo Mil Bsb/1960)  
REGIÃO TENENTE-CORONEL LUIZ CRULS**

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO**

**Nº 13 – SSMR/11, 15 JUL 21**

**(SELEÇÃO DE OFICIAIS TÉCNICOS TEMPORÁRIOS – 2021/2022)**

O COMANDANTE DA 11ª REGIÃO MILITAR (11ª RM), no uso de suas atribuições, divulga e estabelece normas específicas para a abertura das inscrições e a realização do processo seletivo a fim de convocar profissionais de nível superior, para o exercício de atividades técnicas especializadas no âmbito do Exército Brasileiro. Os convocados serão incorporados na condição de Aspirante a Oficial, salvo se o(a) candidato(a) for Oficial da Reserva de 2ª Classe não remunerada das Forças Armadas, inclusive das Forças Auxiliares, situação em que será incorporado no posto em que se encontrar, nos termos da legislação a seguir, bem como das disposições contidas neste Aviso:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- Lei nº 2.552, de 3 de agosto de 1955, Fixa a Composição da Reserva do Exército;
- Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965;
- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, Estatuto dos Militares;
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego nas Forças Armadas;
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego nas Forças Armadas;
- Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares; a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar; a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas; e a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército; e dá outras providências;

- Decreto nº 57.654, de 20 de junho de 1966, Regulamento da Lei do Serviço Militar, alterado pelos Decretos nº 58.759, de 28 de junho de 1966, Decreto nº 76.324, de 22 de setembro de 1975, Decreto nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986, Decreto nº 627, de 7 de agosto de 1992 e Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994;

- Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC), aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968;

- Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002, Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército – R 68;

- Decreto nº 8.160, de 18 de dezembro de 2013, que alterou o Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002, que aprova o regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército – R-68;

- Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, Reestruturação da Remuneração dos Militares das Forças Armadas;

- Portaria nº 462 – Gabinete do Comandante do Exército, de 21 de agosto de 2003, Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe - IG 10-68;

- Portaria nº 171 – Departamento-Geral do Pessoal, de 8 de julho de 2009, Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT;

- Portaria nº 566 – Departamento-Geral do Pessoal, de 13 de agosto de 2009, Instruções Gerais para Perícias Médicas no Exército;

- Portaria nº 247 – Departamento-Geral do Pessoal, de 9 de outubro de 2009, Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército;

- Portaria nº 081 – Departamento-Geral do Pessoal, de 30 de janeiro de 2012, Diretriz Complementar para o Serviço Militar Temporário em Tempo de Paz;

- Portaria nº 046 – Departamento-Geral do Pessoal, de 27 de março de 2012, Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário – EB30-N-30.009;

- Portaria nº 011 – Departamento-Geral do Pessoal, de 22 de janeiro de 2014, que altera dispositivo da Portaria nº 46, de 27 de março de 2012, que Aprova as Normas Técnicas para Prestação de Serviço Militar Temporário, alteradas pelas Portarias nº 133-DGP, de 29 JUN 10; nº 211-DGP, de 6 OUT 10; nº 067-DGP, de 11 MAIO 11; nº 181-DGP, de 5 DEZ 11; nº 067-DGP, de 30 ABR 12; e nº 102, de 30 ABR 15;

- Anexo K e Volume XIV das Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército – NTPMEx, aprovadas pela Portaria nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017; e

- Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que Estabelece Normas para o funcionamento de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização.

## **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 A inscrição implicará aceitação irrestrita das normas publicadas e das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação.

1.2 O(A) candidato(a) deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação, a fim de verificar se atende à totalidade das condições e requisitos para eventual investidura no cargo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a observância dos prazos e o correto preenchimento e entrega da documentação solicitada, caso contrário o(a) candidato(a) será eliminado do processo seletivo.

1.3 Ter no máximo 40 (quarenta) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data da incorporação.

1.3.1 A idade limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 13.954/19, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

1.3.2 Os(As) candidatos(as) que forem convocados(as) para o Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) no Exército Brasileiro, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses como militar, contabilizado qualquer espécie de Serviço Militar nas Forças Armadas, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade limite de 45 (quarenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

1.3.3 O(A) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, informar o tempo serviço prestado às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), contabilizado qualquer espécie de Serviço, sejam contínuos ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros), conforme Anexo C.

1.4 Na data da incorporação, o(a) candidato(a) não poderá ter 96 (noventa e seis) meses ou mais de efetivo serviço militar prestado às Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), contabilizado qualquer espécie de Serviço, sejam contínuos ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros).

1.5 O(A) candidato(a) deve, obrigatoriamente, possuir currículo na Plataforma *Lattes* para se inscrever neste processo seletivo.

1.5.1 O(A) candidato(a) deve, obrigatoriamente, lançar todas as informações lançadas na Ficha de

Inscrição na plataforma *Lattes* ([lattes.cnpq.br/](http://lattes.cnpq.br/)).

1.6 Somente serão validados e receberão pontuação os diplomas, os certificados e as declarações de graduação, de pós-graduação, de cursos, assim como a publicação de artigos científicos, livros e a experiência profissional, desde que tenham relação direta com a graduação e que constem cumulativamente na Ficha de Inscrição e no currículo do(a) candidato(a) disponível na plataforma *Lattes* ([lattes.cnpq.br/](http://lattes.cnpq.br/)).

1.6.1 Para fins de pontuação, as informações lançadas na Ficha de Inscrição e no currículo do(a) candidato(a) disponível na plataforma *Lattes*, precisam constar expressamente no currículo disponível no item 10.9.3.

1.7 O Diploma de Nível Superior (e pós-graduação, se for o caso), que possibilitou a participação do(a) candidato(a) no processo, não receberá a pontuação no critério de habilitação mínima exigida. Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá recadastrar o(s) diplomas/certificados no campo destinado aos títulos.

## **2. REQUISITOS GERAIS PARA INCORPORAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO**

2.1 Ser brasileiro nato.

2.2 Ser voluntário(a).

2.3 Ter no máximo 40 (quarenta) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data da incorporação.

2.3.1 A idade limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 13.954/19, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

2.4 O serviço militar temporário previsto neste Aviso de Convocação terá o prazo determinado de 12 (doze) meses, prorrogável a critério da Administração Militar, e não poderá ultrapassar 96 (noventa e seis) meses como militar, contabilizado qualquer espécie de Serviço em qualquer Força Armada, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade limite de 45 (quarenta e cinco) anos.

2.5 Ter concluído, com aproveitamento (colado grau), até a data final do período de inscrição, previsto no “Anexo A”, Curso de Nível Superior conforme exigências contidas no “Anexo N”, sob pena de eliminação do certame.

2.6 Quando exigido no “Anexo N”, faz-se obrigatório possuir cumulativamente graduação e pós-graduação.

2.7 As instituições de ensino responsáveis pela graduação e pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e os cursos devem ser reconhecidos oficialmente pelo Ministério da

Educação – MEC, sob pena de eliminação do certame no caso de descumprimento da exigência. Quando se tratar de habilitação mínima exigida, e nos casos diversos, o certificado não receberá pontuação.

2.7.1 As instituições de ensino responsáveis pela pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização/MBA com duração mínima de 360 horas) devem ser credenciadas pelo MEC e cadastradas no Portal do e-MEC (emec.mec.gov.br), sob pena de eliminação do certame. Caso a pós-graduação seja a habilitação mínima exigida, e nos casos diversos, o certificado não receberá pontuação.

2.8 Estar em dia com suas obrigações perante:

2.8.1 a Justiça Eleitoral; e

2.8.2 o Serviço Militar.

2.9 Não ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos, na forma da legislação vigente:

2.9.1 condenado em processo criminal perante a justiça comum ou militar, seja na esfera federal ou estadual, transitado em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena; e/ou

2.9.2 responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público, de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção.

2.9.3 Caso o(a) candidato(a) esteja respondendo, antes da data prevista para a incorporação, o previsto nos itens 2.9.1 e 2.9.2, deverá informar tal fato por escrito ao Presidente da Comissão de Seleção Especial (CSE), com a devida Certidão de “*Objeto e Pé*” lavrada pela serventia judicial na qual tramita a Ação.

2.10 Possuir idoneidade moral, bons antecedentes e não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, conforme o Art. 11 da Lei nº 6.880, de 1980, Estatuto dos Militares, a ser apurada por meio de averiguação da vida pregressa do(a) candidato(a).

2.11 Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades a ser verificada por meio de inspeção de saúde e apresentação de exames complementares.

2.12 Se militar da ativa das Forças Armadas ou de Forças Auxiliares:

2.12.1 não estar cumprindo o Serviço Militar Inicial;

2.12.2 não ser militar de carreira ou estabilizado;

2.12.3 estar classificado, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), no mínimo, no comportamento “Bom” ou em classificação equivalente da Força específica; e

2.12.4 apresentar parecer favorável assinado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM), não sendo aceito documento assinado por outra autoridade (“Anexo J”).

2.13 Se ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Forças Auxiliares:

2.13.1 não ter sido demitido *ex officio* por ser declarado indigno ou incompatível para o oficialato,

excluído ou licenciado a bem da disciplina, exceto em casos de reabilitação, amparados pelo Art. 134 do Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969;

2.13.2 não ter sido considerado isento do Serviço Militar ou licenciado por incapacidade física ou mental definitiva (“Incapaz C”), ou definição equivalente da Força específica, e não ter sido julgado, em inspeção de saúde, incapaz definitivamente para o serviço do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar.

2.14 Residir no município onde será convocado (ou declarar estar comprometido a mudar-se para o município de incorporação, por conta própria, caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército, conforme o “Anexo E”.

2.15 Obter aprovação em todas as etapas do presente processo seletivo.

2.16 Não possuir nenhum vínculo, durante o tempo que permanecer no Exército, com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que na Administração Pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, apresentando Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público “Anexo G”, com reconhecimento de firma em cartório, cujas informações são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

2.17 Os(As) candidatos(as) serão convocados para o Estágio de Serviço Técnico (EST) no Exército Brasileiro, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses.

2.17.1 Ao término de 12 (doze) meses, os militares temporários julgados aptos, poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses, como militar, contabilizado qualquer espécie de Serviço Militar nas Forças Armadas, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade limite de 45 (quarenta e cinco) anos,

2.18 O(A) candidato(a), por ocasião da incorporação, será submetido(a) a uma entrevista médica na Organização Militar (OM) da primeira fase do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado(a) para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por solicitação da Administração Militar, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

2.18.1 A entrevista prevista no item acima, será realizada, preferencialmente, por militares da área de Psicologia.

2.19 Caso não exista candidato(a) inscrito e/ou apto a incorporar, ao final do processo em alguma das Guarnições/Cidades relacionadas no “Anexo N”, poderá ser chamado(a) candidato(a) de outra Guarnição, voluntário e apto para ocupar a área/vaga, seguindo os mesmos critérios previstos neste Aviso.

2.19.1 O chamamento para servir em guarnição/cidade diversa, na qual o(a) candidato(a) se inscreveu, obedecerá ao critério de classificação de pontuação geral da área, independente da Guarnição.

2.19.2 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário, será chamado o(a) subsequente, obedecendo a ordem classificatória de pontuação.

2.19.3 O chamamento previsto no subitem 2.19 ocorrerá por meio de publicação no sítio eletrônico da 11ª Região Militar ([www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)).

2.19.4 Não ter sido, anteriormente, desligado(a) de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar por motivo disciplinar ou de conceito moral.

2.19.5 O(A) candidato(a) condenado(a) judicialmente, com sentença penal transitado em julgado deverá apresentar a Certidão contendo sua reabilitação judicial, conforme o Art. 651 e parágrafos, do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código Processual Penal Militar – CPPM.

2.19.6 O(A) candidato(a) licenciado(a) a bem da disciplina ou excluído(a) das Organizações Militares da Ativa ou dos Órgãos de Formação de Reserva deverá apresentar a Certidão contendo sua reabilitação, conforme o § 6º, do Art. 110, do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 regulamenta a lei do Serviço Militar e a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.

2.20 O(A) candidato(a), por ocasião da incorporação, está impedido de comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade, ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no Art. 29 do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 09 de [dezembro de 1980](#).

2.21 O(A) candidato(a) deverá ter ciência que se impõe a todos os integrantes do Exército Brasileiro, o sentimento de dever, o pundonor militar e o decoro de classe, com a observância dos seguintes preceitos da ética militar: amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal; exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo; respeitar a dignidade da pessoa humana; zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum; praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação; cumprir seus deveres de cidadão; e proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular.

2.22 Os(as) candidatos(as) convocados(as) serão incorporados na condição de militares, indistintamente se do sexo masculino ou feminino, devendo além das atribuições inerentes a seus cargos, participarem, também, de atividades voltadas à consolidação ao aprimoramento de suas qualificações militares, da hierarquia, da disciplina e de atributos da área afetiva próprios da

carreira das armas. Além disso, deverão dedicar-se à Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP) ou documento equivalente, capacitação técnica instrução, ao adestramento, ao serviço de escala, exercícios no terreno; à composição de comissões, manutenção da área, de materiais e equipamentos; às representações e às atividades administrativas, como Sindicância, Fiscal de Contrato, Exame de Pagamento, dentre outras, cujo desempenho caiba ao Cargo de Praça Especial (Aspirante a oficial) e ao Oficial Subalterno (1º e 2º tenente), nos termos da legislação vigente, em especial, ao Art. 13 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

2.22.1 Os(As) candidatos(as) convocados(as) serão incorporados na condição de Aspirante a Oficial Técnico Temporário, salvo se o(a) candidato(a) for Oficial da Reserva de 2ª Classe não remunerada (inclusive das Forças Auxiliares) do Exército Brasileiro, situação em que será incorporado no posto em que se encontrar, nos termos da legislação vigente.

2.23 São características da profissão militar, o(a) candidato(a), depois de incorporado, estará sujeito e não poderá alegar desconhecimento: risco de morte, sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, dedicação exclusiva, disponibilidade permanente, vigor físico, proibição de participar de atividades políticas e mobilidade geográfica.

2.24 Salienta-se que, independentemente da profissão de natureza técnico científica, uma vez incorporado às fileiras do Exército Brasileiro, o profissional passará a ostentar o status de militar e, nessa peculiar situação, poderá ser convocado para integrar missões operacionais, tanto em território nacional, quanto além de nossas fronteiras, as quais exigirão constante preparo físico, técnico e moral de todos os militares empregados.

### **3. DO PROCESSO SELETIVO**

3.1 O processo seletivo visa à ocupação de cargos vagos, em áreas de interesse da 11ª Região Militar, por candidatos(as) de ambos os sexos, que possuam formação de nível superior (e pós-graduação, quando exigido no “Anexo N”), reconhecida pelo Ministério da Educação e necessária para a aplicação dos conhecimentos técnico-profissionais, em funções específicas, bem como para a realização de atividades voltadas ao serviço ativo da Força Terrestre, como serviços de escala, instrução, composição de comissões, representações e outras, cujo desempenho caiba à Praça Especial (Aspirante a oficial) e ao Oficial Subalterno (1º e 2º Tenente), em caráter temporário, de forma transitória e por tempo determinado, na área da 11ª Região Militar (Estados de Goiás e Tocantins, Distrito Federal e Região do Triângulo Mineiro), no ano de 2022.

3.1.1 A abertura de vagas estará condicionada ao licenciamento de militares temporários por término de tempo de serviço, bem como ao limite orçamentário do Exército Brasileiro no ano de 2022.



3.2 O militar incorporado será remunerado de acordo com a Lei Federal nº 13.321, de 27 de julho de 2016.

3.3 O(A) candidato(a) inscrito(a) atestará sua submissão às exigências do presente Aviso, sendo todas as despesas decorrentes do processo seletivo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a), não lhe assistindo direito a ressarcimento de qualquer natureza decorrente de insucesso no processo seletivo, ou de não aproveitamento por falta de vagas.

3.4 As incorporações serão realizadas nas Organizações Militares onde o(a) candidato(a) realizará a 1ª Fase do Estágio de Serviço Técnico (EST) e, posteriormente, será distribuído(a) nas OM onde houver necessidade de recompletamento de vagas, após autorização do Comandante da 11ª Região Militar, obedecendo ao limite de efetivo das Forças Armadas, para um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme legislação específica.

3.5 O processo seletivo será coordenado pelo Comando da 11ª RM, por intermédio da Comissão de Seleção Especial (CSE).

3.6 Os(As) candidatos(as) de nível superior (e pós-graduação, quando exigido no “Anexo N”), aprovados em todas as etapas do processo seletivo, após a definição das vagas que serão disponibilizadas no Aviso de Convocação, serão incorporados nas diversas Organizações Militares na situação de Aspirantes a Oficial Temporários ou no posto em que se encontrarem, quando Oficiais da Reserva de 2ª Classe (R/2) do Exército Brasileiro.

3.7 O número de vagas para as áreas e habilitações técnicas de interesse do Exército será divulgado neste Aviso de Convocação, constantes no “Anexo N”, de acordo com as necessidades e as disponibilidades de vagas nas OM, dentro do efetivo das Forças Armadas estabelecido em Lei.

3.8 A aprovação nas diversas etapas do processo seletivo assegurará apenas a expectativa de direito à incorporação no Exército Brasileiro, no ano de 2022 a qual é condicionada ao número de vagas divulgado no Aviso de Convocação.

3.9 Em caso de igualdade na classificação, ou seja, mesma pontuação na avaliação curricular, para mais de um(a) candidato(a), na mesma área de interesse da 11ª Região Militar, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate para todas as fases, inclusive, para fins de incorporação, na ordem de prioridade abaixo estabelecida:

3.9.1 oficiais da ativa temporários;

3.9.2 oficiais da Reserva de 2ª Classe;

3.9.3 praças da ativa temporárias;

3.9.4 reservistas de 1ª categoria;

3.9.5 reservistas de 2ª categoria;

3.9.6 dentro do universo citado acima, deve ser respeitada a precedência hierárquica.

3.9.7 os civis não enquadrados nos subitens 3.9.1, 3.9.2, 3.9.3, 3.9.4, 3.9.5, entre eles:

3.9.7.1 os de menor tempo de serviço público; e

3.9.7.2 os de maior idade.

3.10 Os possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) serão convocados e incorporados, bem como, os reservistas de 1ª e 2ª categorias serão convocados e reincorporados como Aspirante a Oficial Técnico Temporário e serão submetidos ao Estágio de Adaptação e Serviço (EST).

#### **4. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO**

##### 4.1 Etapa I:

4.1.1 inscrições (feita pela internet);

4.1.2 avaliação curricular realizada automaticamente pelo sistema SISMIL, de acordo com as informações inseridas pelo(a) candidato(a); e

4.1.3 homologação das inscrições.

##### 4.2 Etapa II:

4.2.1 entrega de currículos; e

4.2.2 validação da Avaliação Curricular.

##### 4.3 Etapa III

4.3.1 Teste Escrito

##### 4.4 Etapa IV:

4.4.1 Inspeção de Saúde (IS).

##### 4.5 Etapa V:

4.5.1 Exame de Aptidão Física (EAF).

#### **5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

5.1 A taxa para a confirmação da inscrição no banco de dados do processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário – OTT será de R\$ 80,00 (oitenta reais).

5.2 Não serão aceitos, para efeito de pagamento da taxa de inscrição, comprovantes de entrega de envelope nem comprovantes de agendamento, por meio dos terminais de autoatendimento e/ou internetbanking.

5.3 A Ficha de Inscrição do(a) candidato(a) estará disponível no endereço eletrônico [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br) e deverá ser impressa pelo(a) candidato(a).

5.4 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os casos previstos em lei e de acordo com o prescrito no item “7” do presente Aviso.

## **6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NESTE PROCESSO SELETIVO**

6.1 A inscrição importa no conhecimento e na aceitação do disposto neste Aviso e em seus anexos, em relação aos quais o(a) candidato(a) não poderá alegar desconhecimento, devendo certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área pretendida.

6.2 A inscrição deverá ser realizada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar na internet ([www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)), conforme período estipulado no “Anexo A” - CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES.

6.3 Imprimir, imediatamente, após a confirmação da inscrição, a Guia de Recolhimento da União - GRU com o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do(a) candidato(a), referente à taxa de inscrição, devendo efetuar o pagamento até a data limite prevista no “Anexo A”, se dela não estiver isento.

6.3.1 A GRU deve ser paga exclusivamente no Banco do Brasil e, por ocasião do pagamento, faz-se obrigatório informar o número de referência, a competência, o valor principal, o valor total e o CPF do(a) candidato(a).

6.4 O(A) candidato(a) que efetuar o pagamento da taxa de inscrição após a data limite prevista no “Anexo A”, independentemente do motivo que tenha acarretado o pagamento fora do prazo, será eliminado do processo seletivo.

6.5 O(A) candidato(a) poderá reimprimir a GRU de cobrança, acessando a sua ficha de inscrição no endereço eletrônico [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br), até a data limite para pagamento.

6.6 As inscrições efetuadas somente serão homologadas após a comprovação de pagamento ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

6.7 O pagamento de taxa de inscrição é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

6.8 Deverão ser cadastrados tanto os dados pessoais quanto os relativos à habilitação mínima exigida, títulos, tempo de serviço público anterior, experiência profissional/atividade na área de ensino, cursos, publicações técnicas e outras informações exigidas no Aviso de Convocação, sendo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) o seu preenchimento, sob pena de ser eliminado do processo seletivo, caso forneça informações divergentes, carentes de comprovação, inverídicas e/ou falsas, constatadas a qualquer tempo.

6.9 Ao acessar o endereço eletrônico da 11ª Região Militar, o(a) candidato(a) deverá:

6.9.1 ler o Aviso, disponibilizado eletronicamente;

6.9.2 preencher a ficha de inscrição eletrônica;

6.9.3 imprimir a ficha de inscrição, devidamente preenchida; e

6.9.4 efetuar o pagamento da taxa de inscrição, se dela não estiver isento.

6.10 Não serão aceitas inscrições e pagamentos fora do prazo especificado neste Aviso.

6.11 Não será aceita inscrição condicional, nem por outro meio que não o estabelecido neste Aviso.

6.12 O(A) candidato(a) inscrito(a) por terceiros assume total responsabilidade pelas informações inseridas na Ficha de Inscrição eletrônica, arcando com todas as consequências de eventuais erros de seu procurador.

6.13 O Comando da 11ª Região Militar não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

6.14 O(A) candidato(a) poderá inscrever-se em apenas uma área de atuação e guarnição/cidade.

6.15 A grávida preterida do(s) processo(s) seletivo(s) 2020/2021, deverá obrigatoriamente, realizar a sua inscrição no processo seletivo vigente, atendendo todas as regras definidas neste Aviso de Convocação, à exceção do pagamento da taxa de inscrição.

6.16 O(A) candidato(a) deverá verificar os dados informados na Ficha de Inscrição antes de confirmá-los. Após o encerramento das inscrições, previsto no “Anexo A”, os dados não poderão ser alterados.

6.17 O SISMIL (Sistema de Inscrição para o Serviço Militar Temporário) está homologado para realizar inscrições utilizando browser (navegador) “Mozilla Firefox”, versão para desktop, a partir do versionamento 66.03.

## **7. DOS PROCEDIMENTOS PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

7.1 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o(a) candidato(a) que atenda aos seguintes requisitos:

7.1.1 estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e for membro de família de baixa renda.

7.1.2 Para fins de aplicação do item 7.1 e seus subitens, adotam-se as seguintes definições:

7.1.2.1 família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

7.1.2.2 família de baixa renda, sem prejuízo ao disposto no item 7.1.1 e seus subitens: aquela com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário-mínimo ou a que possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários-mínimos.

7.1.2.3 domicílio: o local que serve de moradia à família.

7.1.2.4 renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da

família.

7.2 O(A) candidato(a) deverá entregar pessoalmente, ou por meio de procurador(a) legalmente constituído(a), a documentação relacionada no item 7.3 e seus subitens no Protocolo Geral da Organização Militar listada no subitem 7.2.1 abaixo, até a data limite para solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no “Anexo A”.

7.2.1 A entrega da documentação listada no item 7.3 e seus subitens, referente à solicitação de isenção da taxa de inscrição, deverá ser entregue pessoalmente, ou por procurador(a) legalmente constituído(a) para este fim, na Guarnição onde se inscreveu, em um dos endereços abaixo relacionados:

<b>Guarnição</b>	<b>Organização Militar (OM)</b>	<b>Endereço</b>	<b>Local e Horário</b>
Brasília - DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do CMP/11ªRM, Setor Militar Urbano (SMU) – Brasília DF	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Cristalina - GO	Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Formosa - GO	Centro de Logística de Mísseis e Foguetes	BR 020, KM 7, Zona Rural, Formosa – GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)

7.2.2 A documentação relacionada no item 7.3 e seus subitens deverá ser entregue até a data limite para a solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no “Anexo A”.

7.3 Os documentos listados abaixo deverão ser entregues encadernados (espiralados), com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo(a) candidato(a) na sequência discriminada a seguir:

7.3.1 Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br);

7.3.2 Requerimento do(a) candidato(a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar,

conforme o “Anexo K”;

7.3.3 Declaração de Veracidade de Documentos Apresentados (“Anexo F”), **este com firma reconhecida em cartório;**

7.3.4 Cópia de Documento Oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social; e

7.3.5 Cópia do comprovante de Residência, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

7.3.5.1 o Comprovante de Residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

7.3.5.2 no caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

7.3.6 O(A) candidato(a) que estiver empregado deverá encaminhar ainda:

7.3.6.1 Cópia do contracheque ou de documento similar emitido pelo empregador; ou

7.3.6.2 declaração de renda emitida por contador(a), devidamente registrada no seu órgão de classe, para os trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços e os que exerçam atividade autônoma, cuja remuneração, somada, não exceda a 3 (três) salários-mínimos.

7.3.7 O(A) candidato(a) que estiver desempregado deverá enviar também:

7.3.7.1 Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou, caso não possua, declaração pessoal de desempregado; e

7.3.7.2 indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico (se estiver enquadrado nesta situação).

7.4 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao(a) candidato(a) que:

7.4.1 omitir ou prestar informação inverídica;

7.4.2 fraudar ou falsificar documentação; e

7.4.3 deixar de cumprir qualquer dos requisitos, forma e prazo estabelecidos no item “7” e seus subitens.

7.5 O(A) candidato(a) que apresentar documento inidôneo ou firmar declaração falsa, para se beneficiar da isenção da taxa de inscrição, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único, do Art. 10, do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

7.6 Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

7.7 Não será aceito qualquer pedido de isenção além do estabelecido pelo item “7” e seus subitens.

7.8 Cada pedido de isenção da taxa de inscrição será analisado e julgado pelo presidente da Comissão de Seleção Especial (CSE), quando oriundo de(a) candidato(a) inscrito para a guarnição

de Brasília-DF ou pelo presidente da respectiva Subcomissão de Guarnição, no caso de pedido de isenção da taxa de inscrição requerido por candidato(a) inscrito(a) em outra guarnição.

7.9 Para fins de solicitação de isenção de taxa de inscrição, serão aceitas cópias/reproduções não autenticadas, bem como os requerimentos, declarações e demais documentos assinados pelo(a) candidato(a), sem necessidade de firma reconhecida em cartório, desde que acompanhadas da **DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS (Anexo “F”)**, **este, com firma reconhecida em cartório.**

7.10 A relação dos(as) candidatos(as) que tiveram o seu pedido de isenção de taxa de inscrição deferido será divulgada no endereço eletrônico ([www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)), na data prevista no Anexo “A”.

7.11 O(A) candidato(a) que tiver seu requerimento de isenção indeferido, para efetivar a sua inscrição no processo seletivo, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data limite estabelecida no “Anexo A”.

7.12 Estará isenta do pagamento da taxa de inscrição a candidata gestante preterida no certame anterior, cessado o impedimento causado pela gravidez, conforme previsto na Portaria nº 046 - Departamento-Geral de Pessoal, de 27 de março de 2012, Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário – EB30-N-30.009.

7.13 Até a data limite prevista para o pagamento da taxa de inscrição, a candidata gestante preterida no certame anterior deverá, obrigatoriamente, comparecer à Comissão de Seleção Especial (CSE), para que seja homologada a isenção da sua taxa de inscrição e tomadas as providências necessárias.

7.14 Também terá isenção da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) doador(a) de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656/2018.

7.15 Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) amparado(a) pela Lei nº 13.656/2018 deverá apresentar, cumulativamente, os documentos relacionados:

7.15.1 atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o(a) candidato(a) efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

7.15.2 **DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS (“Anexo F”)**, **este, com firma reconhecida em cartório.**

7.15.3 Requerimento do(a) candidato(a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o “Anexo K”;

7.15.4 Cópia de Documento Oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social, com reprodução/cópia

autenticada em cartório;

7.16 A entrega da documentação listada no item 7.15 e seus subitens deverá ser feita, pessoalmente, ou por procurador legalmente constituído para este fim, na Guarnição onde se inscreveu, nos endereços relacionados no item 7.2.1.

## **8. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR** (realizada pelo sistema SISMIL na ocasião da inscrição)

8.1 O(A) candidato(a) deverá apresentar Diploma de Nível Superior e, quando exigido no “Anexo N”, Certificado e/ou Diploma de pós-graduação concluídos (colado grau) em data igual ou anterior ao último dia de inscrição, previsto no “Anexo A”. Já os títulos, a atividade profissional, os cursos, os artigos científicos e os livros deverão ter relação direta com a Graduação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu.

8.2 Todas as informações passíveis de pontuação **deverão ser lançadas na Ficha de Inscrição**, em data igual ou anterior ao último dia de inscrição previsto no “Anexo A”.

8.2.1 Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá lançar todas as informações passíveis de pontuação na Plataforma *Lattes*, sob pena de eliminação, quando se tratar de habilitação mínima exigida; ou perda da pontuação, nos demais casos;

8.2.2 O cadastro do(a) candidato(a) na Plataforma *Lattes* deverá ser feito com o mesmo nome informado pelo(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição e estar disponível para consulta durante toda a vigência do processo seletivo;

8.2.3 A orientação é que os(as) candidatos(as) atualizem seus currículos disponíveis na Plataforma *Lattes* antes da data prevista para divulgação das inscrições homologadas; e

8.2.4 Para fins de pontuação, todas as informações lançadas na Ficha de Inscrição deverão constar no Currículo *Lattes*.

8.3 Para fins de pontuação, quando, no “Anexo N”, for exigido graduação e pós-graduação, a atividade profissional, os cursos, os artigos científicos e os livros deverão ter relação com a graduação e/ou pós-graduação.

8.4 A Avaliação Curricular será realizada, inicialmente, de acordo com os dados lançados pelo próprio(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição eletrônica, no endereço eletrônico [[www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)], sendo da inteira responsabilidade deste a veracidade das informações apresentadas.

8.5 Em data prevista no “Anexo A”, será divulgada na internet [[www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)] a Validação da Avaliação Curricular dos candidatos inscritos em ordem de pontuação, dentro das áreas de interesse.

8.6 Os pontos e a Classificação atribuídos automaticamente pelo sistema SISMIL, de acordo com



os dados lançados pelo próprio(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição eletrônica, corresponderão apenas à conferência quantitativa dos documentos cadastrados, não gerando expectativa de direito real na pontuação e classificação final. A análise desses documentos será realizada pela Comissão de Seleção Especial (CSE), durante a Avaliação Curricular, a qual poderá resultar na alteração da pontuação e classificação.

8.7 Na mesma oportunidade, será apresentada a relação dos(as) candidatos(as) chamados(as) para a Etapa II (Entrega de Currículos), na Comissão de Seleção Especial (CSE), para fins de Validação da Avaliação Curricular.

8.8 Os(As) candidatos(as) chamados(as) para esta Etapa deverão entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos relacionados no item 10.9 e seus subitens, em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no endereço eletrônico [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br).

8.9 O “Anexo M” serve como referência aos(às) candidatos(as), apresentando a pontuação atribuída a cada aspecto da sua formação e experiência profissional.

## **9. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

9.1 Terá sua inscrição homologada o(a) candidato(a) que tiver pago a taxa de inscrição, dentro do prazo estipulado no calendário constante do “Anexo A”, se dela não estiver isenta.

9.2 Somente estará apto(a) a prosseguir para a fase seguinte do Processo Seletivo (ETAPA II), o(a) candidato(a) que tiver a sua inscrição homologada.

9.3 Em data prevista no “Anexo A”, será divulgada, no endereço eletrônico ([www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)), a relação das inscrições homologadas e não homologadas.

9.3.1 Na relação das inscrições homologadas constará os nomes dos(as) candidatos(as) inscritos(as) em ordem decrescente de pontuação, dentro das áreas de interesse.

## **10. ETAPA II**

### **10.1 ENTREGA DE CURRÍCULOS**

10.2 Serão chamados para a Etapa II, para a Entrega de Currículos e Validação da Avaliação Curricular, os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Avaliação Curricular, cujas inscrições foram homologadas, de acordo com listas a serem divulgadas, oportunamente, no endereço eletrônico [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br).

10.3 A Validação da Avaliação Curricular é de caráter seletivo, classificatório e eliminatório e será realizada de acordo com os documentos apresentados pelo(a) candidato(a), ou seu procurador,

abrangendo toda a documentação apresentada.

10.4 O(A) candidato(a) chamado(a) para a Validação da Avaliação Curricular deve entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste processo seletivo, os documentos relacionados no item 10.9 e seus subitens, bem como os comprovantes de todos os cursos, títulos, publicações e experiência profissional anteriormente declaradas na Ficha de Inscrição eletrônica e constantes no Currículo disponível na plataforma *Lattes* em data, hora e local indicados na chamada para a Etapa II, divulgada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

10.5 Não será aceita a entrega de documentos em data posterior à constante da chamada, bem como a remessa por via postal, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio.

10.6 Não será considerado documento apresentado no currículo aquele que não tenha sido informado/declarado expressamente na Ficha de Inscrição e/ou Plataforma *Lattes*.

10.7 Em caso de eliminação de algum(a) candidato(a) nesta Etapa, serão chamados, por ordem de classificação, novos(as) candidatos(as) para apresentação de documentação, nos dias subsequentes, por meio do endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

10.8 As informações prestadas pelo(a) candidato(a) são de sua inteira responsabilidade.

10.8.1 A Entrega de Documentos para a Validação da Avaliação Curricular é de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) e do seu procurador (se for o caso), estando estes sujeitos à responsabilização cível, penal e administrativa.

10.9 Todos os documentos da Validação da Avaliação Curricular deverão ser entregues encadernados (espiralados), com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo(a) candidato(a), na sequência discriminada a seguir:

10.9.1 Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br), com foto 3x4 colada;

10.9.2 Procuração com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do(a) candidato(a) no local e data previstos para a Entrega de Documentos para a Avaliação Curricular;

10.9.3 Cópia do Currículo do(a) candidato(a), disponível na Plataforma *Lattes*;

10.9.4 Original do comprovante de que efetuou o pagamento da taxa de inscrição (Guia de Recolhimento da União - GRU), dentro do prazo limite constante do “Anexo A”, caso não esteja isento do pagamento da referida taxa;

10.9.5 Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário por um período mínimo de doze meses (“Anexo B”), assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme

assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado;

10.9.6 Declaração de Tempo de Serviço Público prestado junto às Forças Armadas anterior à Incorporação (“Anexo C”), informando os órgãos e os períodos trabalhados, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado;

**ATENÇÃO:** o(a) candidato(a) que não possuir tempo de serviço público deverá registrar 00 anos 00 meses 00 dias;

10.9.7 Declaração de Residência (“Anexo D”), assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado;

10.9.8 Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação (“Anexo E”), se for o caso, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado;

10.9.9 Cópia do Comprovante de Residência, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.9.1 O Comprovante de Residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

10.9.9.2 No caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

10.9.10 Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez (“Anexo I”), apenas para candidatas do segmento feminino, assinada de próprio punho pela candidata, conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado. Tendo em vista a proteção constitucional do direito à maternidade, toda mulher deve assinar, por ocasião do processo seletivo, uma declaração de ciência da necessidade de informação imediata à Instituição, caso apresente ou venha a apresentar estado de gravidez no curso do processo. O estado de gravidez impede a realização da IS, do EAF e a incorporação para o Estágio de Serviço Técnico (EST), em virtude dos riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas;

10.9.11 Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados (“Anexo F”), esta, **obrigatoriamente**, com reconhecimento de firma em cartório;

10.9.12 Parecer Favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da OM em que serve, para Participação em Processo Seletivo ao Serviço Militar Temporário (“Anexo J”), apenas para candidatos(as) militares da ativa;

10.9.12.1 o documento citado acima deverá ser impresso em papel timbrado, bem como, ter o carimbo do militar que assinou o documento e preferencialmente, com conter a marca d'água do Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira;

10.9.13 Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (“Anexo G”), assinada de próprio

punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado;

10.9.14 Declaração de Ciência de Impedimento para comerciar, ou tomar ciência do impedimento para comerciar, ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade privada, dela ser sócio ou participar (“Anexo H”), assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado;

10.9.15 Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br));

10.9.16 Certidão negativa criminal da Justiça Federal, extraída do sítio da Justiça Federal onde o(a) candidato(a) residiu nos últimos 05 (cinco) anos;

10.9.17 Certidão Negativa Criminal emitida pela Justiça Estadual/Distrital, extraída do sítio da Justiça Estadual/Distrital onde o(a) candidato(a) residiu nos últimos 05 (cinco) anos;

10.9.18 Certidão Negativa Criminal militar emitida pelo Superior Tribunal Militar ([www.stm.jus.br](http://www.stm.jus.br));

10.9.19 Cópia de Documento Oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Trabalho e Previdência Social, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.20 Cópia da Carteira de Identidade Militar, somente para candidato(a) militar temporário da ativa, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.21 Cópia do CPF ou comprovante da situação cadastral do CPF ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));

10.9.22 Cópia do Título de Eleitor;

10.9.23 Cópia da Carta Patente de candidatos(as) dos sexos masculino e feminino que servem ou já serviram como oficiais, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.24 Cópia da Certidão de Situação Militar de candidatos(as) dos sexos masculino e feminino que já serviram como Oficial Temporário, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.25 Cópia do Certificado de Reservista de candidatos(as) que já serviram como Praça, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.26 Cópia do Certificado de Dispensa de Incorporação de candidatos do sexo masculino que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.27 Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.28 Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes, quando for o caso, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.29 Cópia da Identidade Profissional, onde fique comprovado o registro na Ordem dos

Advogados do Brasil, quando o(a) candidato(a) informar, para fins de pontuação, possuir registro, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.29.1 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento da Identidade Profissional, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos legais de regularização deste documento, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração ou Certidão emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil, que comprove a sua inscrição e regularidade junto ao órgão, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.29.2 Dessa forma, o(a) candidato(a) nessa situação, deverá apresentar a cópia da Identidade Profissional por ocasião da Exame de Aptidão Física (EAF).

10.9.29.3 Para fins de incorporação, os(as) candidatos(as) de Direito estão desobrigados de comprovar o registro Junto ao Conselho ou Ordem Profissional, por força do Art. 28, inciso VI, da Lei nº 8.906/94.

10.9.30 Cópia da habilitação mínima exigida: diploma ou Certidão de Conclusão de Curso de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC. Caso seja exigido no “Anexo N”, também será necessária a apresentação do Diploma/Certificado de pós-graduação, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.31 Cópia do(s) diploma(s) de Curso Superior, obrigatoriamente, acompanhado do histórico escolar do Curso Superior, sob pena de eliminação, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.31.1 Cópia do(s) diploma(s) e/ou certificado(s) de pós-graduação que possuam relação direta com a graduação para qual o(a) candidato(a) se inscreveu, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.31.2 As pós-graduações *Stricto Sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) declaradas que possuam relação direta com a Graduação para qual o(a) candidato(a) se inscreveu deverão ser devidamente registrados por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.31.3 Os Diplomas e as declarações de conclusão de pós-graduações *Stricto Sensu* (Mestrado e/ou Doutorado), obrigatoriamente acompanhado dos seus respectivos históricos, deverão ser devidamente autenticados em cartório, expedidos pelos estabelecimentos de ensino cadastrados e autorizados pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES;

10.9.31.4 No caso das pós-graduações *Lato Sensu* (especialização/MBA com duração mínima de 360 horas), na modalidade presencial ou à distância, o certificado deverá ter relação direta com a graduação para qual o(a) candidato(a) se inscreveu, e a instituição de ensino deverá ser reconhecida pelo MEC e cadastrada no e-MEC;

10.9.31.5 As declarações de conclusão de pós-graduações *Lato Sensu* (especialização/MBA com

duração mínima de 360 horas), obrigatoriamente acompanhado dos seus respectivos históricos, na modalidade presencial ou à distância, deverão ser devidamente autenticadas em cartório e, obrigatoriamente, emitidas pela instituição de ensino que efetivamente ministrou o curso, bem como atender às exigências da Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018, *que Estabelece Normas para o Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação Latu Sensu em nível de Especialização*.

10.9.31.6 Os certificados de pós-graduação emitidos pelas Associações e Conselhos de Classe somente serão aceitos para fins de pontuação, se os emitentes estiverem devidamente autorizados pelo Ministério da Educação para funcionar como Instituição de Ensino, cadastrados no e-MEC e os cursos devidamente reconhecidos pelo MEC.

10.9.31.7 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento do Diploma de Graduação, do histórico escolar do curso superior, do diploma ou certificado de pós-graduação, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos legais de regularização destes documentos, a cargo da instituição de ensino junto à Secretaria de Educação Municipal/Estadual/Distrital, Ministério da Educação ou órgão competente, o(a) candidato(a) poderá apresentar cópia autenticada em Cartório de Declaração ou Certidão emitida pela instituição de ensino, a qual será válida até a data da realização do Exame de Aptidão Física (EAF), prevista no “Anexo A”.

10.9.31.7.1 Dessa forma, o(a) candidato(a) nessa situação deverá apresentar o respectivo documento original com cópia por ocasião de sua realização no Exame de Aptidão Física (EAF).

10.9.31.7.2 A não apresentação do Diploma de Graduação, do histórico escolar do curso superior e do diploma ou certificado de pós-graduação (quando se tratar de habilitação mínima exigida no Anexo “N”) com cópia até a data prevista para a realização do Exame de Aptidão Física (EAF), eliminará o(a) candidato(a) do processo seletivo, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.31.7.3 A não apresentação do diploma ou certificado de pós-graduação, com cópia quando não se tratar de habilitação mínima exigida até a data prevista para a realização do Exame de Aptidão Física (EAF), eliminará o(a) candidato(a) do processo seletivo, com reprodução/cópia autenticada em cartório;

10.9.32 Cópia de Artigo Científico, informando o veículo/periódico, bem como o ISSN (*International Standard Serial Number*) ou DOI (*Digital Object Identifie*), com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.32.1 A autenticação em cartório, exigida no item acima, está dispensada desde que acompanhado do original.

10.9.32.2 Os Artigos Científicos serão classificados de acordo com o Qualis do último quadriênio

ou triênio divulgado oficialmente pelo site da Plataforma Sucupira e receberão pontuação, conforme previsto no Anexo “M”.

10.9.32.3 Os artigos Científicos, sem classificação no último quadriênio ou triênio disponível oficialmente na Plataforma Sucupira, somente serão pontuados se apresentados cumulativamente com a Carta de Aceite, onde conste expressamente a classificação do periódico.

10.9.32.4 O Qualis é o sistema utilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Ministério da Educação, que avalia a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir de análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

10.9.32.5 Para fins de comprovação de Artigo Científico publicado exclusivamente em meio digital, é necessária a apresentação de cópia física, acompanhada do arquivo em “pen-drive” ou “CD-ROM”, com indicação do sítio eletrônico no qual foi publicado e encontra-se disponível para leitura e consulta, não necessitando de autenticação, desde que atenda às exigências descritas acima.

10.9.32.6 No que se refere a Artigo Científico que esteja em língua estrangeira, faz-se necessário apresentar o resumo/abstract em português, feito por tradutor juramentado.

10.9.32.7 O Artigo Científico publicado que esteja em língua estrangeira com o resumo/abstract em língua portuguesa dispensa a tradução juramentada prevista no item anterior.

10.9.33 Cópia do livro como autor, coautor e organizador, desde que tais informações estejam contidas na Ficha Catalográfica da obra e a publicação integre o Sistema de identificação numérica conhecido como ISBN (*International Standard Book Number*), que era atribuído, até pouco tempo, pela Fundação Biblioteca Nacional e, a partir de agora, está sob a responsabilidade da Câmara Brasileira de Livros, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.33.1 Também será possível pontuar como autor de capítulo, desde que se apresente cópia do livro onde foi publicado o artigo e a publicação integre o Sistema de identificação numérica, conhecido como ISBN (*International Standard Book Number*).

10.9.33.2 Os livros digitais deverão ser entregues impressos na íntegra, informar o endereço eletrônico onde está publicado e atender às exigências previstas nos itens 10.9.33 para autor, coautor e organizador, ou 10.9.33.1 para autor de capítulo.

10.9.33.3 No que se refere a livro que esteja em língua estrangeira, faz-se necessário, apresentar cumulativamente, a Ficha Catalográfica e Introdução em português, feita por tradutor juramentado.

10.9.33.4 O livro publicado que esteja em língua estrangeira com Ficha Catalográfica e Introdução em língua portuguesa dispensa a tradução juramentada prevista no item anterior.

10.9.33.5 O(A) candidato(a) não poderá pontuar cumulativamente como autor, coautor,

organizador, ou autor de capítulo, devendo escolher apenas uma das categorias para fins de pontuação.

10.9.33.6 Destaque-se que a publicação de Artigo Científico em livro não é considerada como livro publicado.

10.9.34 Cópia de comprovação da experiência profissional e atividade na área de ensino, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.35 Somente serão validados e receberão pontuação os diplomas/certificados/declarações de graduação, pós-graduação, cursos, bem como os artigos científicos e a experiência profissional que constarem no currículo do(a) candidato(a) disponível na plataforma *Lattes* ([lattes.cnpq.br/](http://lattes.cnpq.br/)).

10.9.36 Cópia do(s) certificado(s) do(s) curso(s) previstos no item 2 do “Anexo M”, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.37 Para candidato(a) militar da ativa ou da reserva das Forças Armadas ou integrante de Forças Auxiliares, é obrigatória a apresentação das Folhas de Alterações, ou certidão de assentamentos militares, relativas a todo o período de serviço, constando, no caso das praças, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.37.1 As Folhas de Alterações não suprem e não servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, estadual ou municipal.

10.9.37.2 Em caso de candidato(a) militar da Reserva Não-Remunerada, as Folhas de Alterações servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, quando se tratar de experiência profissional prestada junto às Forças Armadas.

10.9.37.3 Em caráter excepcional, enquanto aguarda o fornecimento das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos legais de elaboração destes documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração/solicitação emitida pela OM em que serviu.

10.9.37.4 A não apresentação das Folhas de Alterações até a data de incorporação eliminará o(a) candidato(a) do processo seletivo.

10.9.38 A comprovação quanto ao Serviço Militar/Estágio Militar Voluntário prestado por candidatos(as) dos sexos masculino e feminino deverá ser feita conforme descrito abaixo:

10.9.38.1 quando se tratar de Serviço Militar/Estágio Militar Voluntário prestado por candidatos(as) dos sexos masculino e feminino, previsto na letra “a”, do item 3, do “Anexo M”, deverá ser feita por meio do Certificado de Reservista, obrigatoriamente, acompanhado do Boletim do Exército Brasileiro que publicou a matrícula nas Escolas de Instrução Militar – EsIM, com reprodução/cópia autenticada



em cartório;

10.9.38.2 quando versar sobre os Estágios Militares, previstos nas letras “b”, “c”, “d” e “e”, do item 3, do “Anexo M”, a comprovação de conclusão, com aproveitamento, dos referidos estágios deverá ser feita por meio das Folhas de Alterações/Assentamentos e não precisam constar no Currículo *Lattes*, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.39 Em caráter excepcional, enquanto aguarda o fornecimento das Folhas de Alterações ou certidão de assentamento, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos legais de elaboração desses documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração informando expressamente que concluiu com aproveitamento o estágio informado na Ficha de Inscrição.

10.10 Todo documento, que esteja em língua estrangeira, deverá ser acompanhado de versão em português, feita por tradutor juramentado sendo admitida apenas as exceções previstas neste Aviso de Convocação, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.10.1 No que se refere a Artigo Científico que esteja em língua estrangeira, a versão em português, feita por tradutor juramentado, recairá apenas sobre o resumo/abstract, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.11 A exigência de firma reconhecida ou autenticidade de documento em cartório para os subitens 10.9.9, 10.9.19, 10.9.20 (se for o caso), 10.9.23, 10.9.24, 10.9.25, 10.9.26, 10.9.27, 10.9.28 (se for o caso), 10.9.29, 10.9.29.1, 10.9.30, 10.9.31, 10.9.31.1 10.9.31.2, 10.9.31.5, 10.9.31.7, 10.9.31.7.2, 10.9.31.7.23, 10.9.32, 10.9.33, 10.9.34, 10.9.36, 10.9.37, 10.9.38.1, 10.9.38.2, 10.10 e 10.10.1 está facultada, desde que o(a) candidato(a) apresente, junto com as cópias, os documentos originais respectivos, no momento da entrega dos documentos à Comissão Seleção Especial (CSE).

10.12 A não apresentação dos documentos originais, conforme exigido no subitem 10.11, no momento da entrega do(s) documento(s), para fins de Validação da Avaliação Curricular, implicará na eliminação do(a) candidato(a), quando se tratar dos documentos relacionados no item 16.6, ou acarretará a perda da pontuação, nos demais casos;

10.13 O(A) candidato(a) (ou procurador legal munido de instrumento de procuração com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para este certame, para resolver quaisquer assuntos referentes ao(a) candidato(a) neste processo seletivo) deverá comparecer para a entrega de todos os documentos, incluindo as declarações e cópias/reproduções autenticadas previstas para esta Etapa, na data, local e hora constantes da chamada para entrega de currículos, a ser divulgada no endereço eletrônico da 11ªRM [[www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)]. O não comparecimento ou atraso acarretará a sua eliminação do Processo Seletivo.

10.14 Os Anexos “C” e “G”, bem como as Certidões previstas nos subitens 10.9.15, 10.9.16,

10.9.17 e 10.9.18, deverão ser entregues novamente pelo(a) candidato(a), sob pena de eliminação do Processo Seletivo na apresentação para realização do Exame de Aptidão Física (EAF).

10.14.1 Os Anexos “C” e “G”, bem como as Certidões previstas nos subitens 10.9.15, 10.9.16, 10.9.17 e 10.9.18 deverão ser entregues novamente pelo(a) candidato(a), sob pena de eliminação do Processo Seletivo no ato da incorporação.

10.14.2 As declarações/certidões/documentos previstos nos itens 10.14 e 10.14.1 deverão ser atualizados, ou seja, emitidos/expedidos nos últimos 30 (trinta) dias, a contar da data designada para apresentação.

10.15 Serão desconsiderados os documentos ilegíveis, que impossibilitem a leitura parcial ou integral do seu conteúdo.

## **11. VALIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR**

11.1 Somente serão validadas e receberão pontuação a experiência profissional bem como a atividade na área de ensino constantes no currículo *Lattes* e realizadas após a Formação de Nível Superior.

11.2 Somente será contabilizado, para fins de pontuação, no máximo **2.920 (dois mil, novecentos e vinte) dias**, quando a comprovação do exercício de atividade profissional for feita por meio de **Carteira de Trabalho e Previdência Social, prestação de serviço por meio de RPA, na prestação de serviço como empresário individual e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.**

11.2.1 No que se refere à comprovação através da **prestação de serviço por meio de contrato de trabalho**, será contabilizado, no máximo, 730 (setecentos e trinta) dias do exercício de atividade profissional.

11.3 A experiência profissional será contabilizada em dias.

11.3.1 A pontuação referente à atividade profissional e de ensino, no meio Civil, será de 0,006 para cada dia trabalhado.

11.3.2 A pontuação referente à atividade profissional e de ensino, no meio Militar, será de 0,007 para cada dia trabalhado.

11.4 Para fins de pontuação de experiência profissional, no que se refere ao Magistério, somente serão aceitos os períodos em que houve a atuação docente relacionada à área Técnica/ Graduação a qual concorre.

11.5 Para fins de comprovação de experiência profissional, não serão considerados períodos de trabalhos sobrepostos, mesmo em instituições/órgãos diferentes, inclusive para a atividade exercida no Magistério e/ou como profissionais de saúde.

11.6 A comprovação do exercício da atividade profissional, as atividades na área de ensino, os títulos, os cursos, os artigos científicos, os livros, todos somente serão validados e receberão pontuação se possuírem relação direta com a graduação para a qual o(a) candidato(a) está concorrendo e deverão de constar na Ficha de inscrição bem como ter sido realizados e/ou concluídos até o último dia previsto para inscrição, conforme informações contidas no Cronograma Inicial de Atividades (“Anexo A”).

11.7 Para as áreas que se exigem graduações e pós-graduação, como Habilitação Mínima Exigida no “Anexo N”, a comprovação do exercício da atividade profissional, as atividades na área de ensino, os títulos, os cursos, os artigos científicos e os livros, esses serão validados e receberão pontuação, se possuírem relação direta com a graduação ou pós-graduação e constar no Currículo disponível na Plataforma *Lattes*.

11.8 A comprovação do exercício de atividade profissional, inclusive daquela exercida na área de ensino, deverá ser comprovada de uma das cinco maneiras relacionadas a seguir: mediante apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social, prestação de serviço por meio de contrato de trabalho, prestação de serviço por meio de RPA, na prestação de serviço como empresário individual e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.

**11.8.1 Na apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):**

11.8.1.1 A comprovação de atividade exercida na área de ensino ou exercício de atividade profissional, mediante apresentação da CTPS, deverá atender às exigências abaixo relacionadas:

11.8.1.2 Apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, contendo a página de identificação do trabalhador, a página que conste o registro do empregador que informe o período (com início e fim), discriminando o tempo de serviço e o cargo/ocupação desempenhados, bem como a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física que desenvolveu a atividade. Caso na CTPS não esteja especificado o cargo/ocupação desenvolvidos pelo(a) candidato(a) que tenham relação com a graduação para qual concorrer, faz-se necessário, concomitantemente, apresentar declaração do empregador relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, com reprodução/cópia do contrato autenticada em cartório e declaração com firma reconhecida em cartório.

11.8.1.3 Quando se tratar de comprovação de experiência profissional, por meio da CTPS, também será obrigatório a apresentação do extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), onde conste o período trabalhado e a Pessoa Jurídica/Física cadastrada na Ficha de Inscrição, que contenha QR code e/ou código de verificação/validação.

11.8.1.3.1 Somente serão aceitos extratos emitidos pelo INSS que contenham QR code e/ou código de verificação/validação.

11.8.1.4 Caso se faça necessária a apresentação da declaração citada no item 11.8.1.2 (quando o cargo/ocupação constante na CTPS não especificar a atividade desenvolvida), é obrigatório informar a Razão Social e o número CNPJ no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física que desenvolveu a atividade, bem como o código de ocupação previsto na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação, bem como o período, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

11.8.1.5 Caso a CTPS não contenha a anotação referente ao fim do vínculo empregatício da experiência profissional cadastrada, faz-se necessária declaração do empregador informando o período trabalhado, com reconhecimento de firma em cartório.

11.8.1.6 Na cópia da CTPS deverá constar obrigatoriamente a identificação do trabalhador, com foto e qualquer outra página que auxilie a Avaliação.

11.8.1.7 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão ou setor equivalente.

11.8.1.7.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo(a) contador(a), desde que no documento venha identificado o nome completo do (a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao Órgão de Classe.

11.8.1.7.1.1 Se ficar comprovado a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores, conforme previsto no item 11.8.1.7.1, serão desvalidadas, acarretando, ainda, na perda da pontuação.

11.8.1.8 Na falta da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, poderá ser apresentado o Extrato do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), constando o nome da empresa, acompanhado da declaração do empregador relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), bem como o período exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação.

11.8.1.9 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.8.1.10 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, estes não serão validados para fins de

pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

#### 11.8.2 Na prestação de serviço por meio de contrato de trabalho

11.8.2.1 Mediante apresentação de cópia do Contrato de Prestação de Serviço, com reconhecimento de firma em cartório, acompanhada da Declaração do contratante, sob as penas da Lei, informando a Razão Social e o número CNPJ no caso de Pessoa Jurídica ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física na qual desenvolveu a atividade, bem como o período do contrato e as atividades exercidas pelo(a) candidato(a), exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

11.8.2.2 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.8.2.3 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão ou setor equivalente.

11.8.2.3.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo (a) contador, desde que no documento venha identificado o nome completo do (a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao Órgão de Classe.

11.8.2.3.2. Se ficar comprovado a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores, conforme previsto no item 11.8.2.3.1, serão desvalidadas, acarretando, ainda, na perda da pontuação.

11.8.2.4 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

#### 11.8.3 Na prestação de serviço por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA)

11.8.3.1 Mediante apresentação de reprodução/cópia de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) sendo, pelo menos, o primeiro e o último recibos do período trabalhado acompanhados da declaração do contratante/beneficiário em que se informe a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física que desenvolveu a atividade, bem como o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço prestado e a descrição das atividades, exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação. Também se faz obrigatória a apresentação da certidão emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com a indicação da profissão,

acompanhada do extrato de contribuições previdenciário, exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo (Firma reconhecida em cartório somente para a Declaração).

11.8.3.1.1 Somente serão aceitas certidões emitidas pelo INSS que contenham QR Code e/ou código de verificação/validação.

11.8.3.2 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão ou setor equivalente.

11.8.3.2.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo (a) contador, desde que no documento venha identificado o nome completo do (a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao Órgão de Classe.

11.8.3.2.2 Se ficar comprovado a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores, conforme previsto no item 11.8.3.2.1, serão desvalidadas, acarretando, ainda, na perda da pontuação.

11.8.3.3 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previstos no chamamento, não receberá a pontuação; e

11.8.3.4 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.8.4 Na prestação de serviços como empresário individual, Micro e Pequeno Empreendedor Individual – MEI e Empresa Individual de Responsabilidade Ltda – EIRELI (não pode Sociedade de Empresas)

11.8.4.1 Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em que conste o nome do(a) candidato(a) como responsável pela empresa, cumulativamente acompanhado do extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) que contenha QR Code e/ou código de verificação/validação.

11.8.4.2 As atividades econômicas principais e/ou secundárias vinculadas ao CNPJ deverão estar relacionadas com o Curso Superior, se for o caso, para a qual o(a) candidato(a) está concorrendo.

11.8.4.3 Não será aceita comprovação de experiência profissional na qualidade de sócio de sociedade empresária, inclusive sociedade em cota de participação.

11.8.4.4 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.8.4.5 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

#### 11.8.5 Em órgão/instituição pública

11.8.5.1 Documento Oficial emitido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo respectivo órgão de Gerência de Pessoas, que informe o período, com data completa de início e fim, se for o caso, com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas, exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação.

11.8.5.2 Caso o documento previsto no subitem 11.8.5.1 não especifique a atividade desenvolvida nem o período, faz-se necessário apresentar, simultaneamente, declaração do empregador, relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), bem como o período.

11.8.5.3 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão, ou equivalente.

11.8.5.4 Em caso de candidato(a) militar da ativa, a declaração prevista no item 11.8.5.1 deverá ser assinada pelo Comandante/Chefe/Diretor da Organização Militar na qual serve.

11.8.5.4.2 Em caso de candidato(a) militar da Reserva Não-Remunerada, a declaração prevista no item acima está dispensada, desde que as informações previstas nas Folhas de Alterações descrevam de maneira pormenorizada a comprovação da experiência profissional.

11.8.5.4.2.1 – Caso as Folhas de Alterações não descrevam de maneira pormenorizada a experiência profissional do(a) candidato(a) militar da Reserva Não-Remunerada, a apresentação da declaração prevista no item 11.8.5.4 se faz necessária, para fins de pontuação.

11.8.5.5 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação; e

11.8.5.6 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, estes não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.9 Caso o(a) candidato(a) tenha experiência profissional desenvolvida na mesma empresa/instituição/órgão público ou contrato de prestação de serviços em períodos diversos/alternados, deverá cadastrar individualmente/separadamente cada período na Ficha de Inscrição, informando detalhadamente as funções exercidas, bem como data de início e fim.

11.9.1 Quando se fizer necessária a apresentação das declarações previstas nos itens 11.8.1.2, 11.8.1.8, 11.8.2.1, 11.8.3.1 e 11.8.5.1, o(a) candidato(a) deverá apresentar uma declaração para cada período cadastrado, exceto, se o documento detalhar os respectivos períodos separadamente.

11.10 Ao informar a experiência profissional na Ficha de Inscrição, o(a) candidato(a) deverá cadastrar a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, e o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física que desenvolveu a atividade.

11.11 Não será considerado para fins de pontuação, em hipótese nenhuma, a experiência com o trabalho voluntário, estágio, monitoria ou bolsa de estudo e/ou pesquisa.

11.12 Excepcionalmente, será permitido ao(a) candidato(a) da área de Direito pontuar com a Advocacia pro bono, mediante apresentação de declaração que certifique o ato, devidamente assinada pelo representante da instituição na qual ou em favor de quem o serviço foi prestado, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

11.13 Cursos realizados no exterior deverão ter a validação do Órgão de Classe ao qual o(a) candidato(a) está vinculado, se for o caso, sendo que Pós-graduações *Strictu Sensu* deverão ser reconhecidas por instituições de ensino nacionais (Lei nº 9.394 de 1996) para poderem pontuar.

11.14 Os currículos entregues à Comissão de Seleção Especial (CSE) serão avaliados por uma equipe composta por militares especializados, conforme as áreas de interesse constantes desse Aviso.

**ATENÇÃO:** o resultado das eventuais perdas de pontuação da Avaliação Curricular estará disponível no endereço eletrônico [[www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)], por meio do *link* de acesso da inscrição, no período destinado à interposição de Recursos.

11.15 Para os(as) candidatos(as) que concorrem a cargos que exigem qualificação profissional regulamentada por Lei, é obrigatório o registro no respectivo conselho de profissionais, exceto para a área de direito.

11.15.1 Em caso de apresentação de registro profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil, para fins de pontuação, será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao órgão, que poderá ser comprovada por meio de declaração devidamente assinada com firma reconhecida em cartório ou com assinatura eletrônica qualificada, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

11.16 Para fins de pontuação de experiência profissional para o(a) candidato(a) da área de Direito, além do previsto no item 11.8, o profissional poderá comprovar o tempo de atividade jurídica conforme descrito abaixo:

11.16.1 a comprovação do efetivo exercício de advocacia, mediante a participação anual mínima em 5 (cinco) atos privativos de advogado, conforme o Art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de



1994, em causas ou questões distintas, mediante certidões de militância dos Cartórios dos Tribunais ou das Varas.

Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia a participação anual mínima, em cinco atos privativos de advogado, conforme previsto no Art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, em causas ou questões distintas.

11.16.2 O(a) candidato(a) da área de Direito poderá pontuar com o Registro/Inscrição de Advogado no Conselho da Ordem dos Advogados (OAB).

11.16.3 Será computada apenas 1 (uma) inscrição na OAB.

11.16.4 Não será computado o Registro ou Inscrição obtido como estagiário.

11.16.5 Não será pontuado o Registro que foi cancelado, nos termos do Art. 11 da Lei nº 8.906/94.

## **12 ETAPA III - TESTE ESCRITO**

12.1 Serão chamados para a Etapa III e prosseguirão no processo seletivo, os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II).

12.1.1 O Teste Escrito será realizado de forma centralizada em Brasília-DF, em local, datas e horários conforme divulgação a ser veiculada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

12.1.2 O(A) candidato(a) realizará o Teste Escrito na guarnição de Brasília-DF, em um único dia, devendo o próprio(a) candidato(a) arcar com os custos de seu deslocamento e estadia, se for o caso.

12.2 - O Teste Escrito terá caráter classificatório e eliminatório e o resultado expresso pelos valores de 0,0 a 5,0, sendo considerado eliminado, o(a) candidato(a) que obtiver nota 0,0 (zero).

12.3 Estará eliminado(a) do processo seletivo o(a) candidato(a) que se atrasar ou faltar ao Teste Escrito.

12.4 A avaliação será composta de 40 (quarenta) questões objetivas, do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções e sem fator de correção, ou seja, uma ou mais questões erradas não eliminarão uma ou mais questões certas. O conteúdo programático e as referências legislativas estão no Anexo “O” deste edital.

12.4.1 A aplicação do Teste Escrito terá 4 (quatro) horas de duração.

12.4.2 O candidato só poderá se ausentar do local de aplicação, levando consigo o teste, após transcorridos 3 (três) horas e 40 (quarenta) minutos do início da avaliação.

12.4.3 A avaliação será composta de 40 (quarenta) questões objetivas, do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções e sem fator de correção, ou seja, uma ou mais questões erradas não eliminarão uma ou mais questões certas. O conteúdo programático e as referências legislativas estão no Anexo “O” deste edital.

12.5 As questões da avaliação que, eventualmente, permitirem mais de uma resposta correta ou que não apresentarem respostas corretas serão anuladas.

12.6 Não será permitida a utilização de qualquer material de consulta durante a realização da avaliação.

12.7 o(a) candidato(a) deverá transcrever as respostas da avaliação para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no edital, no caderno de prova e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do(a) candidato(a).

12.8 Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e(ou) com as instruções contidas na folha de respostas, tais como mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada e(ou) campo de marcação não preenchido integralmente, ainda que inteligíveis.

12.9 O(A) candidato(a) não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da correção.

12.10 O(A) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial, seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

12.11 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial, específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o(a) candidato(a) será acompanhado por fiscal de prova devidamente treinado.

12.12 Não será permitida a presença de pessoas não autorizadas no local da avaliação.

12.13 O(A) candidato(a) deverá utilizar trajes compatíveis com sua permanência no interior do aquartelamento, não podendo trajar bermudas, corsários ou similares, sandálias abertas e camisetas sem manga; caso contrário, será impedida a sua entrada e, conseqüentemente, a realização do Teste Escrito, sendo eliminado(a) do Processo Seletivo.

12.14 - Não será permitido ao(à) candidato(a) entrar ou permanecer no local de realização do Teste Escrito portando gorros, chapéus, bonés ou similares, bolsas, mochilas, livros, impressos,

anotações, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações. Também não lhe será permitido portar aparelhos eletroeletrônicos, tais como “bips”, telefones celulares, *walkman*, aparelhos radiotransmissores, *palmtops*, *paggers*, receptores de mensagens, gravadores, *ipod*, *ipad*, *laptop* ou qualquer tipo de material não autorizado.

12.15 Não será admitida representação de candidatos(as) por procuração para a realização do Teste Escrito.

12.16 O Gabarito Preliminar e o Espelho do Teste aplicado será divulgado em até 2 (duas) horas após o encerramento do Teste Escrito.

12.17 As Cópias do Teste Escrito e do Cartão Resposta estarão à disposição do(a) candidato(a) (vinte e quatro) horas após o encerramento da Etapa III (Testes Escrito), no local e data informados no “Anexo A”, sem prejuízo do prazo para interposição de recurso.

12.18 Os(as) candidatos(as) poderão interpor recursos administrativos em um prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte da divulgação do Gabarito Preliminar.

12.19 O Gabarito Definitivo será divulgado após a análise dos recursos administrativos, conforme Anexo A.

12.20 Os(as) candidatos deverão apresentar-se, no dia e hora previstos para a avaliação, com antecedência de 30 minutos, no local destinado a aplicação das Avaliações.

12.21 Os(as) candidatos(as) eliminados(as) na Etapa II, não serão convocados para o Teste Escrito.

12.22 Os(as) candidatos(as) que impugnarem judicialmente a decisão administrativa acerca da Avaliação Curricular, munidos de decisão judicial favorável que expressamente determine a permanência do candidato no processo seletivo, terão a oportunidade de realizar o Teste Escrito na Convocação à Incorporação subsequente, de acordo com o Cronograma de Atividades (Anexo A) que será divulgado no sítio da 11ª Região Militar, em 7 FEV 22.

12.23 A aplicação da Avaliação será gravada e/ou fotografada e a mídia com a gravação será arquivada para futuras consultas, sendo vedada a divulgação a terceiro.

12.24 Somente será permitido portar caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente de qualquer marca.

12.25 O(a) candidato(a) deverá comparecer ao local de aplicação usando máscara (descartáveis, de tecido, desde que não tenha parte de metal) e portando máscaras reservas, se necessário, de modo a possibilitar a troca de sua máscara a cada duas horas.

12.26 O(a) candidato(a) deverá permanecer de máscara durante todo o tempo em que estiver nas dependências dos locais de aplicação do teste.

12.27 Caso deseje, o candidato poderá comparecer ao local de aplicação usando, além da máscara, protetor facial transparente (estilo viseira), luvas descartáveis (desde que tenham coloração leitosa ou semitransparente), óculos de proteção transparente e toalhas de papel para higienização de mãos e objetos.

12.28 O(a) candidato(a) também deverá levar o seu próprio recipiente contendo álcool em gel, desde que esse recipiente seja transparente

12.29 O Comando da 11ª Região Militar não fornecerá máscaras nem frascos de álcool em gel 70% aos candidatos.

12.30 O(a) candidato(a) deverá submeter-se à verificação da temperatura corporal para acesso ao local de aplicação.

12.31 Caso a temperatura corporal do candidato, aferida no momento de sua chegada ao local de aplicação, for igual ou inferior a 37,5 °C, será permitido o seu ingresso ao local de aplicação. Se a temperatura corporal do candidato, aferida no momento de sua chegada ao local de aplicação, for superior a 37,5 °C, será imediatamente realizada uma segunda aferição; se a segunda aferição confirmar que o candidato se encontra com temperatura corporal superior a 37,5 °C, o candidato poderá ser encaminhado para realizar o teste em sala especial.

12.32 O Comando da 11ª Região Militar disponibilizará frascos de álcool em gel 70% nas salas e nos locais de circulação, bem como sabão líquido e papel toalha nos banheiros.

12.33 O(a) candidato(a) que informar que está, na data de realização da avaliação, acometido pela Covid-19 fica impedido de realizá-la.

12.34 O(a) candidato(a) deverá observar o distanciamento adequado, conforme demarcação do piso com fita adesiva em frente ao portão de acesso ao local de aplicação, na entrada das salas de aplicação do teste e dos banheiros;

12.35 O(a) candidato(a) deverá manter os cabelos arrumados de forma que não caiam sobre sua face enquanto estiver dentro dos locais de aplicação;

12.36 Recomenda-se que cada candidato leve água para o seu próprio consumo, em embalagem transparente, para evitar a utilização de bebedouros ou qualquer outro dispositivo de fornecimento coletivo de água para beber.

12.37 Somente serão permitidos recipientes de armazenamento de comidas e bebidas fabricados com material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.

12.38 - A participante lactante deverá solicitar Atendimento Especial no dia da realização do teste,

levar um acompanhante adulto, conforme art. 5º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e art. 3º da Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, que ficará em sala reservada e será responsável pela guarda do lactente, ou seja, a participante lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do lactente (a criança).

12.38.1 A solicitação para atendimento especializado para a lactante deverá ser protocolizada pessoalmente ou por meio de procurador legalmente constituído para este fim, na Guarnição onde a candidata concorre, nos mesmos endereços previstos para a entrega dos Recursos Administrativos.

12.38.2 A solicitação deverá ser protocolizada em até 2 (dois) dias úteis após a chamada dos candidatos para o Teste Prático (Etapa III).

12.39 O acompanhante da participante lactante não poderá ter acesso à sala de provas e deverá cumprir todas as obrigações deste Aviso de Convocação.

12.40 Durante a aplicação das provas, qualquer contato entre a participante lactante e o respectivo acompanhante deverá ser presenciado por um fiscal preferencialmente do sexo feminino.

12.41 Não será permitida a entrada do lactente e do acompanhante após o fechamento dos portões.

### **13. ETAPA III**

#### **13.1 Inspeção de Saúde (IS)**

13.2 A fim de se evitar gastos desnecessários, a orientação do Comando da 11ª Região Militar é que o(a) candidato(a) só deve providenciar os exames exigidos na Etapa III, após o chamamento para a Inspeção de Saúde.

13.2.1 Serão chamados para a Etapa III e prosseguirão no processo seletivo, os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II).

13.3 A Inspeção de Saúde (IS) será realizada em locais, datas e horários conforme divulgação a ser veiculada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

13.3.1 Via de regra, os(as) candidatos(as) realizarão a Inspeção de Saúde (IS) nas Guarnições para onde se inscreveram, salvo nos casos previstos neste Aviso de Convocação e/ou se a Administração Militar emitir ordem em contrário.

13.4 O(A) candidato(a) deverá comparecer ao local trajando roupa de banho por baixo (sunga ou biquíni), a fim de permitir a adequada Inspeção de Saúde.

13.5 Somente os(as) candidatos(as) selecionados para a Etapa III deverão apresentar os resultados dos exames relacionados a seguir, cuja realização será de sua responsabilidade e ônus, todos datados com, no máximo, 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a Inspeção de Saúde:

13.6 Exames de Sangue:

13.6.1 Hemograma Completo;

13.6.2 Tipagem Sanguínea e Fator Rh;

13.6.3 Coagulograma Completo;

13.6.4. Colesterol Total e Frações;

13.6.5 Triglicerídeos;

13.6.6 Glicemia em jejum;

13.6.7 Ureia e Creatinina;

13.6.8 TGO e TGP;

13.6.9 Antígeno Prostático Específico – PSA (apenas para candidatos do sexo masculino);

13.6.10 Teste de gravidez B-HCG sanguíneo (apenas para candidatas do sexo feminino);

13.6.11 Sorologia para sífilis: VDRL;

13.6.12 Sorologia para Doença de Chagas;

13.6.13 Sorologia para hepatite B (HbsAg e Anti-Hbc: IgG e IgM);

13.6.14 Sorologia para hepatite C;

13.6.15 Sorologia para HIV;

13.7 Sumário de Urina;

13.8 Parasitológico de fezes;

13.9 Colpocitologia oncológica (apenas para candidatas do sexo feminino);

13.10 Laudo de exame oftalmológico, com acuidade visual, fundoscopia, tonometria (medida de pressão ocular) e avaliação cromática, devendo constar, no caso de patologia oftalmológica, a receita médica e a prescrição de correção;

13.11 Audiometria com laudo;

13.12 Eletroencefalograma com laudo;

13.13 Teste ergométrico com laudo;

13.14 Exames de imagem:

13.14.1 Ecocardiograma com Doppler colorido com laudo;

13.14.2 Ressonância Nuclear Magnética dos joelhos (bilateral) com laudo;

13.14.3 Radiografia de coluna, três segmentos (cervical, torácica e lombar com laudo e ângulos (COBBS E FERGUSON) obrigatoriamente deverá conter os ângulos e laudos e as imagens virem separadas);

13.14.4 Radiografia dos campos pleuropulmonares com laudo;

13.14.5 Ultrassonografia mamária com laudo, apenas para candidatas do sexo feminino; e

13.14.6 Radiografia panorâmica das arcadas dentárias com laudo especializado.

13.15 Exame de Aptidão Psicológica para Manuseio de Armas de Fogo realizado por psicólogos credenciados pela Polícia Federal, com parecer sobre a saúde mental do(a) candidato(a) em atividade que envolve o uso de armamento;

13.15.1 A lista das clínicas/psicólogos credenciados pela Polícia Federal pode ser consultada no site [www.pf.gov.br](http://www.pf.gov.br).

13.16 Por ocasião da IS será realizado, às expensas do Exército Brasileiro:

13.16.1 Exame clínico odontológico; e

13.16.2 Poderá ser exigido Teste Toxicológico, para a detecção de drogas de uso ilícito a partir de amostras de materiais biológicos, a ser realizado em Organização Militar determinada pelo Comandante da 11ª Região Militar, mediante consentimento expresso do(a) candidato(a).

13.16.2.1 Antes da realização do Teste, o(a) candidato(a) deverá autorizar expressamente a coleta de material para realização de exames toxicológicos (antidrogas), a qualquer tempo.

13.16.2.2 Será eliminado (a) do processo seletivo o(a) candidato(a) que não autorizar a realização do exame ou se negar a colher os materiais biológicos.

13.16.2.3 Caso o resultado do exame toxicológico seja positivo, o(a) candidato(a) será considerado (a) inapto (a), mas poderá solicitar a contraprova e repetir o teste, às expensas do Exército, na data prevista para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

13.16.2.4 A solicitação para a realização da repetição do exame deverá ser feita por meio de Recurso Administrativo, em até 3 (três) dias úteis, a partir do resultado da Inspeção da Saúde divulgada no site da 11ª Região Militar.

13.16.2.5 Após a repetição do exame, se o resultado for negativo, o(a) candidato será considerado apto e prossegue no processo seletivo.

13.16.2.6 Caso resultado do reteste for positivo, o(a) candidato(a) será eliminado do certame, devido à incompatibilidade com o exercício do cargo e com as exigências subjetivas indispensáveis ao seu desempenho.

13.17 Por ocasião da Inspeção de Saúde (IS) ou Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), poderão ser exigidos exames complementares, caso necessário, mediante justificativa.

13.18 São causas de incapacidade, por motivo de saúde, as patologias existentes previstas no Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as "Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC)", aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968, e no Anexo K e Volume XIV das Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército – NTPMEx, aprovadas pela Portaria nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017.

13.19 Ainda, será considerado incapaz ao Exame Médico o(a) candidato(a) que apresentar:

13.19.1 Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30, sendo caracterizado como Obesidade, conforme critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), quando associado a sinais clínicos de obesidade patológica, como por exemplo, a presença de Síndrome Metabólica que é caracterizada pela presença de três ou mais fatores: menção da circunferência da cintura for superior a 88 cm na mulher e 102 cm no homem; HDL < ou igual a 40mg/dl em homens e < ou igual a 50mg/dl em mulheres; Triglicerídeos > ou igual a 150mg/dl; Pressão sanguínea > ou igual a 135/85mmHg ou se estiver utilizando algum medicamento para reduzir a pressão arterial; glicose > ou igual a 110mg/dl, conforme conceito da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, ou Índice de Massa Corpórea (IMC) abaixo de 18,5, sendo caracterizado como Abaixo do Peso, pela OMS.

13.19.2 Para candidatos do sexo masculino: altura inferior a 1,60 e para candidatas do sexo feminino: altura inferior a 1,55 m;

13.19.3 Doenças do Metabolismo e Sistema Endócrino: Diabetes Insipidus; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo rebelde ao tratamento; Erros Inatos do Metabolismo;

13.19.4 Doenças do Sistema Hematopoiético: Hemoglobinopatia, Hemoglobina menor ou igual a 12g/dl, Hemofilia, Púrpura e outros Distúrbios da Coagulação Sanguínea;

13.19.5 Doenças Genéticas: qualquer Síndrome Genética;

13.19.6 Doenças Psiquiátricas: Transtornos Depressivos Recorrentes; Transtornos de Adaptação;

13.19.7 Doenças Neurológicas: Epilepsias em uso de medicação (em vigência de tratamento); Distúrbios da Fala (afasia, disartria, anartria); Paralisia Facial, quando persistente e incompatível com a função militar;

13.19.8 Doenças do Aparelho Visual: Ceratocone; Estrabismo com desvio superior a 10°; Catarata; Glaucoma; Distúrbios de Refração: Miopia Acentuada (acima de 6 graus), Astigmatismo Acentuado (acima de 3 graus), Hipermetropia (acima de 6 graus), Associação entre estas condições;

13.19.9 Doenças do Aparelho Auditivo: Audiometria: audibilidade inferior a 35 dB (decibéis) em um ou ambos os ouvidos, separadamente, nas frequências que variam de 250 a 6000Hz; e

13.19.10 Doenças do Aparelho Circulatório: Síndrome Dislipidêmica com estratificação de risco cardiovascular intermediário a alto ou muito alto, conforme Escore de Risco Global (ERG) de Framingham. A se ver:

13.20 Quanto à estratificação de risco Cardiovascular (CV):

13.20.1 **Risco Muito Alto:** indivíduos que apresentam doença aterosclerótica significativa (>50% de obstrução), com ou sem sintomas clínicos, em território: coronário, cerebrovascular ou vascular periférico;



13.20.1.1 **Risco Alto:** ERG>20% em homens. ERG>10% em mulheres. Aterosclerose subclínica documentada. Aneurisma de Aorta abdominal. Doença Renal Crônica. Pacientes com LDL-c  $\geq$ 190 mg/dL. Diabetes tipo I ou 2, com LDL-c entre 70 e 189 mg/dL e presença de Estratificadores de Risco (ER) ou Doença Aterosclerótica Subclínica (DASC); e

13.20.1.2 **Risco Intermediário:** ERG entre 5 e 20% no sexo masculino e entre 5 e 10% no sexo feminino. Portadores de Diabetes Mellitus (DM) sem critérios de DASC ou a presença dos ER.

13.20.2 Quanto às Dislipidemias:

13.20.2.1 **Hipercolesterolemia Familiar:** condição genética caracterizada por níveis muito elevados de LDL-C. Indivíduos adultos com valores de Colesterol Total (CT)  $\geq$  310mg/dL;

13.20.2.2 **Níveis classificados como alto ou muito alto de CT, LDL-C, TG e Colesterol não-HDL:** CT maior ou igual a 240mg/dL e/ou LDL-C maior ou igual a 160mg/dL e/ou TG maior ou igual a 200mg/dL e/ou Colesterol não-HDL maior ou igual a 160mg/dL; e

13.20.2.3 **Níveis de HDL-C:** menor que 40 mg/dL.

13.21 Doenças do Aparelho Digestivo: Colelitíase; Doenças de Crohn; Retocolite Ulcerativa; Diverticulite; Hepatopatias Ativas ou Crônicas; Hepatopatias que cursem com Provas de Função Hepática alteradas;

13.22 Doenças do Aparelho Gênit-Urinário: Síndrome Nefrítica Aguda;

13.23 Doenças da Pele: Vitiligo (em qualquer localização, forma e tamanho), Varizes Extensas; Hanseníase; Doenças Desencadeadas ou Agravadas pela exposição à Luz Solar;

13.24 Doenças do Sistema Osteomuscular e Tecido Conjuntivo:

13.24.1 Lesões Osteoarticulares como Condromalácia ou Condropatia que sejam Moderadas ou Graves (de Graus III ou IV) em um ou ambos os joelhos;

13.24.2 Lesão atual ou prévia Completa ou Incompleta de qualquer dos Ligamentos do Joelho ou Estiramento dos mesmos;

13.24.3 Presença de Cisto Poplíteo ou cisto de Backer;

13.24.4 Gonartrose;

13.24.5 Rotura Atual ou Prévia, Completa ou Incompleta de qualquer dos Meniscos;

13.24.6 Meniscose;

13.24.7 Encondroma; e

13.24.8 Fibromialgia:

13.24.9 Discopatia, Protusão Discal; Hipoplasia de Disco; Hérnia de Disco; Degeneração de Estrutura Vertebral qualquer que seja;

13.24.10 Raio X de Coluna: presença de sinais de Artrose; Uncoartrose; Osteofitose; Sinais de Redução do Espaço Discal; Anterolistese; Retrolistese; Deslizamento lateral de vértebra;

13.25 quaisquer patologias que sejam consideradas pela perícia médica militar, incompatíveis com o Serviço Militar e/ou com o desempenho das funções militares;

13.25.1 Caso considere necessário, por ocasião da IS, o(a) candidato(a) poderá, espontaneamente, apresentar radiografias/exames/laudos diversos dos listados no item 13.5 e seus subitens, não obtendo nenhum tipo de vantagem em decorrência da referida apresentação e permanecendo obrigado (a) a apresentar todos os exames listados neste Aviso de Convocação.

13.26 O(A) candidato(a) que não apresentar todos os exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE, para a Inspeção de Saúde, será considerado eliminado do processo seletivo.

13.27 A existência de tatuagem no corpo do(a) candidato(a) que faça alusão à ideologia terrorista ou extremista, contrária às instituições democráticas, à violência, à criminalidade, à ideia ou a ato libidinoso, à discriminação ou a preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou, ainda, à ideia ou a ato ofensivo às Forças Armadas, configura-se motivo para eliminação do(a) candidato(a) ao Serviço Militar Temporário.

13.28 Mulheres gestantes não podem ser incorporadas ao Estágio de Serviço Técnico (EST), devido às atividades militares a serem desenvolvidas, observando-se que:

13.28.1 Caso seja chamada para a IS alguma candidata gestante, ou puérpera até 6 meses, esta não prossegue no processo seletivo, no caso de novas convocações; entretanto, no prazo de validade do mesmo certame, a candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, tem precedência sobre os(as) candidatos(as) remanescentes, devendo realizar a IS, observados todos os requisitos para a incorporação.

13.28.2 A candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, pode retornar ao processo seletivo imediatamente subsequente, e, para isso:

13.28.3 Deve se inscrever no certame imediatamente posterior, o que caracteriza sua intenção de retornar ao processo de seleção, não lhe sendo exigido o pagamento de nova taxa de inscrição, caso cobrada; e

13.28.4 Não se submete à nova avaliação curricular/teste de conhecimentos e tem precedência sobre os(as) demais candidatos(as), para a mesma área e mesma Guarnição, postulados no certame anterior, observados todos os requisitos para a incorporação; entretanto EAF e IS são obrigatórios.

13.29 Caso o(a) candidato(a) já pertença ao serviço ativo do Exército, os exames complementares serão substituídos pela Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo válida, com parecer apto, acompanhado da cópia do Boletim da Organização Militar que publicou a referida ata, por força da previsão do parágrafo 3º do Art. 116 da Portaria 046 – DGP, de 12 de março de

2012.

13.30 O médico perito de Saúde poderá, motivadamente, desconsiderar a Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo, citada no item 13.29, e solicitar no todo, ou em parte, os exames exigidos para os(as) candidatos(as) civis. O(s) motivo(s) da desconsideração, caso ocorra, deverá(ão) estar contidos na Ficha de Avaliação do(a) Candidato(a).

13.31 O(A) candidato(a) será considerado desistente e eliminado da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

13.31.1 Faltar à Inspeção de Saúde (IS) ou à Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR);

13.31.2 Deixar de apresentar todos os laudos e exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE, para a Inspeção de Saúde (IS) ou para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR); ou

13.31.3 Não concluir a Inspeção de Saúde (IS) ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR).

13.32 A Inspeção de Saúde possui caráter eliminatório.

13.33 O(a) candidato(a), por ocasião da incorporação, será submetido a uma a uma entrevista e uma Visita médica na Organização Militar da primeira fase, do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica, que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado (a) para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por solicitação da Administração Militar, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

## **14. ETAPA IV**

### **14.1 Exame de Aptidão Física (EAF)**

14.2 Serão chamados para a Etapa IV e prosseguirão no processo seletivo os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II) que foram considerados Aptos na Inspeção de Saúde (Etapa III), conforme a necessidade da 11ª Região Militar.

14.3 O(A) candidato(a) deverá comparecer em data, local e horário a serem divulgados no endereço eletrônico da 11ª Região Militar, trajando calça, camisa com manga e calçados fechados e, ainda, portar consigo roupa apropriada para a prática de atividade física.

**ATENÇÃO:** antes da execução das atividades, o(a) candidato(a) será conduzido(a) ao vestiário para que possa se trocar.

14.4 O Exame de Aptidão Física possui caráter eliminatório, constituindo-se em mera avaliação das condições mínimas de higidez física dos(as) candidatos(as). Em caso de posterior incorporação, será exigido padrão de aptidão física superior, de acordo com a legislação específica

do Comando do Exército que regula os Testes de Aptidão Física (TAF), realizados três vezes ao ano.

14.4.1 Caso o(a) candidato(a) logre êxito em todas as etapas do processo seletivo e seja, posteriormente, convocado para incorporação realizará semanalmente o Treinamento Físico Militar (TFM), sendo-lhe exigido padrão de aptidão física superior, de acordo com a legislação em vigor do Comando do Exército, que regula os Testes de Aptidão Física (TAF), realizados três vezes ao ano, com índices que podem variar de acordo com a idade do militar, **por exemplo:**

<b>Segmento</b>	<b>Corrida</b>	<b>Abdominal</b>	<b>Flexão de Braços</b>	<b>Flexão na barra</b>
Masculino	2300 a 3200	35 a 74	18 a 39	3 a 12
Feminino	1750 a 2600	27 a 67	13 a 35	-

14.4.2 Ressalta-se que a suficiência nos Testes de Aptidão Física (TAF), realizados ao longo do ano constitui condição “sine qua non” para a avaliação dos militares, bem como para o deferimento da prorrogação/prorrogações sucessivas.

14.5 O estado de gravidez deverá ser, obrigatoriamente, comunicado pela candidata ao Chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física. Problemas decorrentes da não comunicação serão da responsabilidade exclusiva da candidata.

14.6 Não haverá 2ª Chamada para o Exame de Aptidão Física (EAF).

14.7 O EAF será gravado e o respectivo registro será conservado até 01 (um) ano após o final do certame.

14.8 Durante a realização do Exame de Aptidão Física, será permitido executar 02 (duas) tentativas, em cada uma das tarefas, com intervalos de uma hora para descanso, excetuando-se a tarefa de corrida de 12 (doze) minutos, que deverá ser realizada com intervalo mínimo de 01 (um) dia.

14.9 o(a) candidato(a) reprovado, mesmo após as duas tentativas, em qualquer uma das tarefas, tem direito a uma última tentativa, em data determinada pela Comissão de Aplicação do Exame de aptidão física.

14.9.1 Para a realização da tentativa prevista no item 14.9, o(a) candidato(a) deve solicitá-la, por escrito, ao chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física.

14.9.2 A solicitação prevista no subitem 14.9.1 deverá ser entregue no mesmo turno, local e dia, em que o(a) candidato(a) tenha sido considerado inapto na segunda tentativa.

14.9.3 A terceira e última tentativa referente ao item 14.9 deverá ser marcada pela Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física a partir do dia seguinte da data solicitada.

14.10 No endereço eletrônico da 11ª Região Militar encontram-se vídeos apresentando a correta execução de cada exercício físico exigido no processo de seleção.

14.11 A aptidão física será expressa pelo conceito Apto ou Inapto, conforme as condições de execução e índices mínimos discriminados.

14.12 Aos(às) candidatos(as) que já pertençam ao serviço ativo do Exército bastará a comprovação do conceito mínimo “B” no último TAF, desde que efetivamente realizado pelo(a) candidato(a) há menos de 90 (noventa) dias da data prevista para a realização do EAF.

14.12.1 Não será aceita a comprovação de conceito obtido por meio de “repetição do resultado do TAF anterior”, prevista no caso de incapacidade física temporária do militar.

14.12.2 A comprovação mencionada no item 14.12 dar-se-á mediante DIEx do Comandante da OM, endereçado ao Chefe do Estado-Maior da 11ª Região Militar, encaminhando cópia autenticada da folha do Boletim Interno (BI), no qual foi publicado o referido conceito, e deverá ser entregue, pessoalmente, pelo(a) candidato(a) na CSE, em data/hora prevista para a realização do EAF.

14.13 Caso o(a) candidato(a) militar não atenda ao exigido nos subitens 14.12.1 e 14.12.2, será submetido às mesmas tarefas, na mesma data, que os demais candidatos(as), na data/hora prevista para a realização do EAF.

14.14 As tarefas estabelecidas para o EAF são realizadas pelo(a) candidato(a) com traje esportivo, em movimentos sequenciais padronizados, de forma contínua e execução, segundo a legislação em vigor no Comando do Exército.

14.14.1 Flexão de braços sobre o solo, sem limite de tempo:

14.14.1.1 Para candidatos do sexo masculino:

14.14.1.1.1 Posição inicial: o(a) candidato(a) deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, braços e pernas estendidos; e

14.14.1.1.2 Execução: o(a) candidato(a) deverá realizar sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, sem que o tronco e os joelhos toquem no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

14.14.1.2 Para candidatas do sexo feminino:

14.14.1.2.1 posição inicial: a candidata deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, utilizando-se das mãos e dos joelhos, mantendo os cotovelos estendidos e joelhos unidos; e

14.14.1.2.2 execução: a candidata deverá flexionar e estender os cotovelos, realizando sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, mantendo o apoio dos joelhos no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

14.14.2 Abdominal supra, sem limite de tempo (para ambos os sexos)

14.14.2.1 Posição inicial: o(a) candidato(a) deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal,

joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá colocar-se ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco deste, a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Essa posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício.

14.14.2.2 Execução: o(a) candidato(a) deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada candidato(a) deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, no seu ritmo próprio, sem interrupção do movimento e sem limite de tempo, não podendo retirar os quadris do solo nem obter impulso com os braços ao afastá-los do tronco.

14.14.3 Corrida livre, no tempo de 12 (doze) minutos (para ambos os sexos)

14.14.3.1 Local: em pista ou circuito de piso regular e predominantemente plano; e

14.14.3.2 Execução: partindo da posição inicial de pé, o(a) candidato(a) deverá correr ou andar no tempo de 12 (doze) minutos, podendo haver ou não interrupções ou modificações do ritmo de corrida, sendo proibido por quem quer que seja e em qualquer momento da prova acompanhar o executante para ajudá-lo, admitindo-se eventuais paradas ou a execução de trechos em marcha.

14.15 As tarefas serão realizadas em 02 (dois) dias consecutivos e na ordem abaixo especificada, estabelecendo-se os seguintes índices mínimos:

Segmento	1º Dia		2º Dia
	Flexão de Braços	Abdominal Supra	Corrida (12 Minutos)
Masculino	10 (dez)	20 (vinte)	1.800 (mil e oitocentos) metros
Feminino	6 (seis)	14 (quatorze)	1.600 (mil e seiscentos) metros

## 15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1 Após cada etapa do processo seletivo, será divulgado no endereço eletrônico [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br) o resultado, a pontuação e a classificação dos(as) candidatos(as). Os(As) candidatos(as) poderão interpor recursos administrativos em um prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte da divulgação do resultado.

15.2 Os recursos administrativos interpostos deverão ser apresentados em duas vias e preenchidos de acordo com o (“Anexo L”).

15.3 Os recursos deverão conter:

15.3.1 nome completo e o “código do(a) candidato(a)” (constante da ficha de inscrição);

15.3.2 endereço;

15.3.3 número do CPF;

15.3.4 objeto do recurso; e

15.3.5 exposição fundamentada a respeito dos problemas verificados.

15.4 Os recursos administrativos interpostos deverão ser endereçados ao Comandante da 11ª Região Militar.

15.5 A entrega do Recurso Administrativo deverá ser protocolizada pessoalmente, ou por meio de procurador legalmente constituído para este fim, na Guarnição onde o(a) candidato(a) concorre, nos endereços abaixo relacionados:

<b>Guarnição</b>	<b>Organização Militar (OM)</b>	<b>Endereço</b>	<b>Local e Horário</b>
Brasília - DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do CMP/11ªRM, Setor Militar Urbano (SMU) – Brasília DF	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Cristalina - GO	Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Formosa - GO	Centro de Logística de Mísseis e Foguetes	BR 020, KM 7, Zona Rural, Formosa – GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)

15.6 O horário de funcionamento dos protocolos é o mesmo constante da tabela acima.

15.7 No caso de recursos quanto ao resultado da Inspeção de Saúde:

15.7.1 o(a) candidato(a) julgado incapaz na Inspeção de Saúde (IS) poderá, a seu critério, requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), num prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte da divulgação do resultado da inspeção no endereço eletrônico [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br). Destaque-se que essa solicitação será analisada pela área médica, podendo ser deferida ou não.

15.7.2 O(a) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, fundamentar o seu pedido por exposição de

motivos e pela apresentação de documentação (laudos, exames, pareceres, etc), que justifique sua discordância quanto ao resultado da Inspeção de Saúde.

15.7.3 O(a) candidato(a) deverá apresentar-se na Junta de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (JISR), que funcionará na cidade de **Brasília**, em data a ser marcada oportunamente, a fim de ser realizada nova inspeção de saúde.

**15.7.4 Toda a documentação (laudos, exames, pareceres, etc) apresentada à JISR, no momento da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, deverá ser original e em cópia.**

15.7.5 O(a) candidato(a) também deverá portar consigo todos os exames/laudos apresentados por ocasião da IS.

15.7.6 Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo ou que não contenham os elementos indicados no presente item deste Aviso.

15.7.7 Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou pela internet.

15.7.8 O(a) candidato(a), no período destinado à interposição de recursos previsto no item 10 e seus subitens, terá acesso à sua Ficha de Avaliação, para verificar/questionar/contrapor a Validação da Avaliação Curricular, a Inspeção de Saúde e o Exame de Aptidão Física.

15.7.9 A consulta descrita no item acima poderá ser realizada através do sítio [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br).

15.7.9.1 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) realizar o acompanhamento das informações inseridas na Ficha de Avaliação.

15.7.9.2 O resultado dos eventuais Recursos Administrativos será publicado no sítio [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br), de acordo com o previsto no “Anexo A”.

## **16. DAS CAUSAS DE ELIMINAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)**

16.1 O(a) candidato(a) será eliminado(a) da seleção se não atender às prescrições deste Aviso de Convocação, sobretudo, as listadas nos subitens abaixo.

16.2 Não pagar a taxa de inscrição no prazo previsto, se dela não estiver isento(a).

16.3 Não possuir currículo disponível na plataforma *Lattes*.

16.4 Atrasar-se ou faltar a qualquer das atividades/chamamentos previstos no processo seletivo e disponibilizadas no sítio da 11ª Região Militar [[www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)].

16.5 Caberá ao(à) candidato(a) a responsabilidade de acompanhar os avisos/esclarecimentos/chamamentos/publicações disponibilizados no sítio da 11ª Região Militar até o encerramento do referido processo seletivo.

16.6 Não apresentar os documentos especificados nos itens 10.9.1, 10.9.2 (se for o caso), 10.9.3, 10.9.5, 10.9.6, 10.9.7, 10.9.8, 10.9.9, 10.9.9.1, 10.9.10 (segmento feminino), 10.9.11, 10.9.12 (somente militar temporário da ativa), 10.9.13, 10.9.14, 10.9.15, 10.9.16, 10.9.17, 10.9.18, 10.9.19



(candidatos(as) civis), 10.9.20 (candidatos(as) militares), 10.9.21, 10.9.22, 10.9.23 (somente candidato(a) Oficial da Ativa ou da reserva não remunerada), 10.9.24 (somente Oficial da reserva não remunerada), 10.9.25 (somente praças da reserva não remunerada), 10.9.26 (somente segmento masculino dispensado do Serviço Militar Obrigatório), 10.9.27, 10.9.28 (quando for o caso), 10.9.30, 10.9.31, 10.9.37, 10.9.37.2, 10.9.37.3, 10.10 e 10.10.1.

16.6.1 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados no item/subitem anterior em forma de Recurso, continuará eliminado(a), a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(as) que apresentarem dentro do prazo.

16.7 Não apresentar os laudos dos exames, no todo ou em parte, por ocasião da Inspeção de Saúde e/ou da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

16.8 Não concluir a Inspeção de Saúde ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

16.9 Agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação dos exames, testes, etc.

16.10 Utilizar ou tentar utilizar meios não permitidos, fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em quaisquer etapas do processo seletivo, bem como praticar ou tentar praticar ato que provoque distúrbio ou prejuízo ao bom andamento do presente processo seletivo.

16.11 For surpreendido utilizando-se ou tentando utilizar meios não permitidos ou fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros em quaisquer etapas do processo seletivo.

16.12 For responsável por falsa identificação pessoal.

16.13 Não comprovar o registro/regularidade no respectivo conselho ou ordem de profissionais, quando(a) candidato(a) a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por Lei, quando existir.

16.14 O(a) candidato(a) que faltar ao EAF, ou não vier a completá-lo, ou chegar após o início da primeira tarefa do dia, mesmo que por motivo de força maior, é considerado desistente e eliminado da seleção.

16.15 Ter sido licenciado, conforme prescreve os incisos I, III, IV, V e VIII do Art. 169 da Portaria nº 046 - Departamento-Geral do Pessoal, de 27 de março de 2012, Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário – EB30-N-30.009.

16.16 Com o propósito de verificar se o(a) candidato(a) preenche os requisitos de idoneidade moral e de bons antecedentes de conduta para o ingresso no Exército Brasileiro, poderá ser feita uma verificação biográfica por meio de consultas às Secretarias de Segurança Pública Estaduais, às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, entre outros órgãos.

16.16.1 A verificação biográfica poderá ser realizada ao final de cada Etapa do Processo Seletivo.

16.16.2 Se, durante a verificação biográfica, for constatado que o(a) candidato(a) não preenche os requisitos de idoneidade moral e bons antecedentes de conduta, este(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

16.16.3 Cabe ressaltar, que durante todo o processo seletivo, o(a) candidato(a) poderá ser eliminado se não atender aos requisitos de idoneidade moral e boa conduta.

16.17 O(A) candidato(a) que apresentar documento falso, inidôneo ou firmar declaração falsa no âmbito deste processo seletivo, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções previstas em lei.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 O(A) candidato(a) deverá assinar a lista de presença, onde deverá constar data, hora e identificação do militar responsável pelo atendimento, em todas as etapas do processo seletivo, de acordo com a assinatura constante do seu documento de identificação oficial com foto, sendo vedada a rubrica.

17.2 A divulgação oficial a respeito de datas, locais e horários de realização das etapas deste processo seletivo dar-se-á exclusivamente no endereço eletrônico [[www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)].

17.3 Para outras informações relevantes que porventura não constem neste Edital, o(a) candidato(a) deverá enviar solicitação para o e-mail [[faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br](mailto:faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br)] informando, obrigatoriamente, os seguintes dados, sob pena de não ter a solicitação atendida:

17.3.1 nome completo;

17.3.2 número do CPF;

17.3.3 número de inscrição do(a) candidato(a) no processo seletivo (obrigatório apenas para os inscritos que já tenham realizado inscrição);

17.3.4 área de Interesse/Especialização/MBA para a qual está inscrito(a) ou pretende se inscrever (conforme consta no “Anexo N” deste Edital e na própria Ficha de Inscrição Eletrônica);

17.3.5 Especificar o item ou subitem do Aviso de Seleção, objeto da solicitação de informação;

17.3.6 Não serão atendidas solicitações por intermédio de ligações telefônicas ou por outro e-mail diferente do disposto neste Aviso de Convocação e sem as informações dos dados previstos nos seus subitens.

17.4 O Serviço Técnico Temporário prestado sob a forma do Estágio de Serviço Técnico (EST), e as prorrogações de tempo de serviço subsequentes não poderão ser cumulativos com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da administração pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988.

17.5 O(A) candidato(a), por ocasião da incorporação, será submetido a uma avaliação médica na

Organização Militar da primeira fase do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica, que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado(a) para reavaliação da Inspeção de Saúde, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

17.6 O Estágio de Serviço Técnico (EST) inicia na data de incorporação constante do “Anexo A” e será realizado nas seguintes condições:

17.6.1 **1ª Fase:** destinada à absorção de conhecimentos militares relativos à Instrução Individual Básica, com duração média de 45 (quarenta e cinco) dias, em Organização Militar do Exército Brasileiro, a ser designada em data oportuna; e

17.6.2 **2ª Fase:** destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais a ser realizada nas Organizações Militares para as quais os estagiários tenham sido convocados.

17.7 Em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelos convocados e da consequente necessidade de capacidade física compatível, não serão reservadas vagas aos portadores de necessidades especiais, conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

17.8 O militar temporário do Exército poderá participar do processo seletivo. Para isso deverá realizar a inscrição e caso, classificado em todas fases, vier a ser convocado para incorporação, deverá aguardar o licenciamento *ex officio*, de acordo com inciso X do Art. 169 da Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012, nos casos em que o militar não possa ser licenciado *ex officio* por término de tempo de serviço.

17.9 Caso haja ascendência hierárquica em relação ao cargo ocupado anteriormente, a incorporação deverá ocorrer na primeira semana da 1ª Fase do respectivo Estágio.

17.10 Caso não haja ascendência hierárquica em relação ao cargo ocupado anteriormente, a incorporação deverá ocorrer no início da primeira semana da 2ª Fase do respectivo Estágio.

17.11 Os candidatos servidores ou empregados públicos de qualquer dos entes da Administração Pública direta, indireta, autarquia ou fundacional, deverão se desligar dos respectivos órgãos, antes da data da incorporação prevista, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.

17.12 Não ficam assegurados aos militares incorporados o retorno ao emprego anterior, quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Técnico Temporário.

17.13 Os Oficiais Técnicos Temporários são militares cuja permanência é transitória e, portanto, não podem adquirir estabilidade.

17.14 Os Oficiais Técnicos Temporários estão sujeitos, no que for aplicável, a todas as leis e regulamentos militares.

17.15 Salvo em caso de desistência, os(as) candidatos(as) que não forem convocados para os Estágios de Serviço Técnico poderão retirar a documentação apresentada por ocasião da avaliação

curricular, no período previsto no “Anexo A”. Após esta data, os currículos que não foram retirados serão destruídos.

17.16.1 O(A) candidato(a) que retirar a documentação citada acima antes da data prevista no “Anexo A” será excluído da Seleção e, no caso de novas convocações em caráter extraordinário por decisão do Comando da 11ª Região Militar, não poderá retornar o Processo Seletivo.

17.17 A seleção para os Estágios de Serviço Técnico poderá ser revogada a qualquer momento, por conveniência administrativa.

17.18 Quaisquer irregularidades nos documentos apresentados eliminarão o(a) candidato(a) do processo seletivo. Se identificadas posteriormente à incorporação, acarretarão na anulação deste(a). Assim sendo verificada a irregularidade, os efeitos da inabilitação retroagirão à inscrição do(a) candidato(a) e este(a) não fará jus a nenhum tipo de reparação. Os responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos ainda às sanções administrativas, cíveis e penais.

17.19 O prazo de validade deste processo seletivo será até a data imediatamente anterior ao início das inscrições do próximo certame.

17.20 A candidata gestante deverá apresentar declaração de próprio punho informando o estado de gravidez, bem como exames que comprovem o período gestacional no protocolo da 11ªRM.

17.21 O(a) candidato(a) assume total responsabilidade da leitura integral e do conhecimento pleno deste Aviso de Seleção, bem como do acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados divulgados no site: [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br).

17.22 Para fins de concessão do Adicional de Habilitação, faz-se necessário obedecer às regras previstas na Portaria nº 086/GM-MD, de 22 de setembro de 2020, e na Portaria – C Ex nº 1.443, de 7 de janeiro de 2021

17.23 Em caso de necessidade do Serviço, para preencher cargos previstos deficitários, o Cadastro Reserva da 11ª Região Militar poderá ser disponibilizado a outras Regiões Militares.

17.23.1 Em caso de contratação por meio de Cadastro Reserva, conforme previsto no item anterior, o deslocamento do(a) candidato às outras Regiões Militares ocorrerá às suas expensas.

17.23.2 O chamamento para servir em Região Militar diversa da 11ª Região Militar, obedecerá o critério de classificação de pontuação geral da área, independente da Guarnição.

17.23.3 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário, será chamado o (a) subsequente, obedecendo a ordem classificatória de pontuação.

17.23.4 O chamamento previsto no subitem 17.23.2 ocorrerá por meio de publicação no sítio eletrônico da 11ª Região Militar ([www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)).

17.23.5 A candidata gestante deverá apresentar, no protocolo da 11ª RM, declaração de próprio punho informando o estado de gravidez, bem como exames que comprovem o período gestacional

no protocolo da 11ª RM.

17.24 Em caso de não preenchimento das vagas previstas neste Aviso de Convocação na Incorporação que ocorrerá em 1º de fevereiro de 2022, será publicado no site da 11ª Região Militar [[www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br)] novo cronograma de atividades com vistas à nova incorporação até o dia 7 de fevereiro de 2022.

17.25 A convocação à incorporação por meio de Cadastro Reserva no ano de 2022 estará sujeita às seguintes condições: abertura de vagas, limite Orçamentário do Exército Brasileiro e interesse da Administração Pública.

17.26 Os casos omissos serão analisados pelo Comandante da 11ª Região Militar e resolvidos com base nas legislações vigentes.

DOCUMENTO ORIGINAL ASSINADO E ARQUIVADO NA SSMR/11

**Gen Bda PAULO AFONSO BRUNO DE MELO**

Comandante da 11ª Região Militar

### **RELAÇÃO DE ANEXOS:**

“A” - CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

“B” - DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO COM COMPROMISSO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES

“C” - DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO

“D” - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

“E” - DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE INCORPORAÇÃO

“F” - DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

“G” - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

“H” - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIALIZAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DELA SER SÓCIO OU PARTICIPAR

“I” - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

“J” - PARECER FAVORÁVEL DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DA OM EM QUE SERVE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

“K” - REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

“L” - FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

“M” - PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE

“N” - ÁREAS E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA SELEÇÃO, POR GUARNIÇÃO

“O” – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERENCIAÇÃO LEGISLATIVA

**“ANEXO A”**

**CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES**

<b>ETAPA I</b>		
<b>DATA</b>	<b>EVEN TO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
1. De 15 a 28 JUL 28	Divulgação do Processo Seletivo	Veiculação na internet (www.11rm.eb.mil.br) e na Rádio Verde-Oliva
2. 20 a 28 JUL 21 - Início das inscrições: 8h do dia 20 JUL 21.  - Final das inscrições: 23h do dia 28 JUL 21.	Período de Inscrição	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
3. 22 JUL 21	Período para entrada com pedido de isenção da taxa de inscrição	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da Guarnição/Cidade para qual o candidato está concorrendo, nas Organizações Militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
4. 26 JUL 21	Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
5. 27, 28 e 29 JUL 21	Período para interposição de recurso para o candidato que teve o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferido	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da Guarnição/Cidade para qual o candidato está concorrendo, nas Organizações Militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
6. 30 JUL 21	Divulgação do resultado dos recursos referentes aos pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
7. 2 AGO 21	Limite para pagamento da Taxa de Inscrição, inclusive para os candidatos que tiveram o pedido de isenção de taxa de inscrição indeferido	Nas agências do Banco do Brasil, via GRU gerada pelo sistema
8. 9 AGO 21	Divulgação das inscrições	Por meio do endereço eletrônico

		homologadas	da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
9.	10, 11 e 12 AGO 21	Período para interposição de recurso referente a inscrição não homologada	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da Guarnição/Cidade para qual o candidato está concorrendo, nas Organizações Militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
10.	13 AGO 21	Divulgação do resultado da análise dos Recursos referentes às Inscrições não homologadas	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
<b>ETAPA II</b>			
11.	13 AGO 21	Chamada para Validação da Avaliação Curricular	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
12.	17 a 24 AGO 21	Período de apresentação da documentação para validação curricular pelos candidatos chamados para a Etapa II. Obs.: outros candidatos poderão ser eventualmente chamados, caso não haja número suficiente de candidatos com currículos validados dentre os chamados nesta Etapa	O candidato deverá entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de Instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos já relacionados no presente aviso de convocação em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no endereço eletrônico(www.11rm.eb.mil.br)
13.	1º SET 21	Divulgação do resultado da Validação da Avaliação Curricular	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
14.	2, 3 e 6 SET 21	Entrada com pedido de Recurso da Validação da Avaliação Curricular	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da Guarnição/Cidade para qual o candidato está concorrendo, nas Organizações Militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
15.	13 SET 21	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso da Validação Curricular	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
<b>ETAPA III</b>			
16.	13 SET 21	Chamada dos candidatos selecionados para o Teste Prático	Pela página da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)



17	16 SET 21	Realização dos testes práticos	O candidato deverá comparecer pessoalmente, em data, hora e local constantes da chamada para o Teste Prático divulgada no site(www.11rm.eb.mil.br).
18	16 SET 21	- Divulgação do Gabarito Preliminar e Cópia do Teste Aplicado - O Gabarito Preliminar e o Espelho do Teste Aplicado serão disponibilizados em até 2 (duas) horas após o encerramento do Teste.	- Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
19	20 e 21 SET 21	- Os (as) candidatos (as) poderão retirar cópia do Teste Escrito e do Cartão Resposta.	Para ter acesso a cópia do Teste Escrito e do Cartão Resposta, o(a) candidato(a) deverá comparecer pessoalmente ou por meio de procurador legal no horário e endereço que será divulgado no endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
20	22, 23 e 24 SET 21	Entrada com pedido de Recurso quanto ao resultado do teste prático	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo-Geral da Guarnição/Cidade para qual o candidato está concorrendo, nas Organizações Militares (OM),endereço e horários detalhados neste Aviso de Seleção
21	5 OUT 21	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso do Teste Prático	Pela página da 11ª RM(www.11rm.eb.mil.br)
<b>ETAPA IV</b>			
22.	5 OUT 21	- Chamada para a Inspeção de Saúde (IS)	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
23.	5 OUT 21	- Chamada dos candidatos militares que pertençam ao Serviço Ativo do Exército para a entrega da Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo(válida), conforme previsto no paragrafo 3º do art. 116 da Portaria046 – DGP de 12 de março de 2012	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM (www.11rm.eb.mil.br)
24.	6 OUT 21	Período de entrega da Ata de	O candidato deverá comparecer

		Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo(válida), para os candidatos que já pertençam ao serviço ativo do Exército com parecer apto, bem como, cópia do Boletim da Organização Militar que publicou a referida ata, conforme previsto no paragrafo 3º do art. 116 da Portaria046 – DGP de 12 de março de 2012	pessoalmente, em data, hora e local constantes da chamada para entrega da ata divulgada no endereço eletrônico( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )portando a ata válida e cópia do Boletim da Organização Militar que publicou a referida ata; – Comparecer no local da IS, trajando roupa de banho por baixo (sunga e biquíni), fim de permitir a adequada inspeção de saúde.
25.	8 OUT 21	-Divulgação do resultado da análise das atas de Inspeção de Saúde dos candidatos que já pertença ao serviço ativo do Exército; e -Divulgação do resultado da análise das atas de Inspeção de Saúde dos candidatos que já pertença ao serviço ativo do Exército; e - Convocação para IS dos candidatos militares que tiveram a Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo desconsiderada pela Junta de Inspeção de Saúde.	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )
26.	20 OUT a 9 NOV 21	Período de apresentação dos candidatos selecionados para Inspeção de Saúde (IS)	– O candidato deverá comparecer pessoalmente, em data, hora e local constantes da chamada para IS divulgada no endereço eletrônico ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> ) portando os exames e laudos relacionados previsto no Aviso de Convocação, todos datados de no máximo 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a IS; – Comparecer no local da IS, trajando roupa de banho por baixo(sunga e biquíni), a fim de permitir a adequada inspeção de saúde.
27.	9 NOV 21	Divulgação do resultado da IS	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )
28.	10, 11 e 12 NOV 21	Prazo para entrada de Recursos e	Entregue pessoalmente ou por

		de pedidos de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR)	meio de procurador legal no Protocolo Geral da Guarnição/Cidade para qual o candidato está concorrendo, nas Organizações Militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
29.	18 NOV 21	- Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso; - Chamada para a ISGR	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )
30.	01 DEZ a 10 DEZ 21	- Realização da ISGR	Na JISR
31.	10 DEZ 21	- Resultado da ISGR	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )
<b>ETAPA V</b>			
32.	10 DEZ 21	Chamada dos candidatos selecionados para a ETAPA V	Pela página da 11ª RM ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )
33.	13 a 17 DEZ 21	Exame de Aptidão Física (EAF)	Nos locais designados pela CSE/SvTT na página da 11ª RM
34.	17 DEZ 22	Divulgação do resultado do EAF	Pela página da 11ª RM ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )
35.	20, 21 e 22 DEZ 21	Entrada com pedido de Recurso quanto ao resultado do EAF	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo-Geral da Guarnição/Cidade para qual o candidato está concorrendo, nas Organizações Militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Convocação.
36.	29 DEZ 21	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso	Pela página da 11ª RM ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )
37.	18 JAN 22	Convocação à Incorporação	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )
38.	25 a 31 JAN 22	Medidas administrativas	Na OM responsável pela 1ª Fase

			do EST
39.	1º FEV 22	INCORPORAÇÃO E INÍCIO DA 1ª FASE DO ESTÁGIO DO SERVIÇO TÉCNICO (EST)	Na OM responsável pela 1ª Fase do EST
40.	7 FEV 22	Divulgação do Cronograma de Atividades (Anexo A) com vistas à incorporação no 2º semestre (se houver)	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM ( <a href="http://www.11rm.eb.mil.br">www.11rm.eb.mil.br</a> )
41.	30 AGO 22	Prazo para os candidatos que não forem convocados retirarem os documentos entregues para seleção	Na Seção do Serviço Militar Regional (SSMR/11)

- Em caso de não preenchimento das vagas, de acordo com o previsto no “Anexo M”, e/ou convocação à incorporação por meio de Cadastro Reserva, haverá nova incorporação ainda no ano de 2022, conforme Cronograma de Atividades Complementar que será divulgado até o dia 7 FEV 21, no endereço eletrônico [www.11rm.eb.mil.br](http://www.11rm.eb.mil.br).

- O Cadastro Reserva não garante a incorporação e estará sujeito às seguintes condições:

- a) abertura/disponibilidade de vagas;
- b) limite orçamentário do Exército Brasileiro; e
- c) Interesse da Administração Pública.

**ANEXO “B”**  
**DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO E COMPROMISSO PARA**  
**PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO**  
**MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES**

Ao Sr Comandante da 11ª Região Militar

1. Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), Idt nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nascido(a) aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, filho(a) de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_,

residindo na cidade de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, declaro que sou voluntário(a) para o Estágio do Serviço Técnico, pelo período de um ano, inicialmente na condição de Aspirante a Oficial, podendo alcançar o posto de 2º Tenente, caso cumpra os critérios previstos em legislação específica, na Guarnição Militar de \_\_\_\_\_, sujeitando-me, se for aceito(a), a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor, e conhecedor(a) que poderei obter, dependendo da existência de vaga, do interesse do Exército, do meu desempenho profissional e aptidão física, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de noventa e seis meses, contado para isso, todo o tempo que tenho de serviço público ou atingir o limite etário de 45 (quarenta e cinco) anos.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos Arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e Art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer Organização Militar sediada na cidade de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

**ANEXO “C”**

**DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR PRESTADO JUNTO  
ÀS FORÇAS ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO**

1. Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo),  
Idt nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nascido(a) aos \_\_\_ dias do mês  
de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, filho(a) de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_,  
declaro, sob as penas da lei, para fim de  
comprovação junto à 11ª Região Militar, que, até esta data, possuo \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses e  
\_\_\_\_\_ dias de tempo de serviço prestado junto às Forças Armadas, anterior à minha  
incorporação, que possa ser averbado na contagem total de meu tempo de serviço.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos Arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e Art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

**ANEXO “D”**  
**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA**

1. Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), Idt nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nascido(a) aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, filho(a) de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_, declaro, como(a) candidato(a) no processo de seleção para o Estágio \_\_\_\_\_, na área da 11ª Região Militar, residir no endereço \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, conforme comprovante juntado a esta declaração.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos Art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e Art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

**ANEXO “E”**

**DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE  
INCORPORAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), Idt  
nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nascido(a) aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_, filho(a) de \_\_\_\_\_  
e de \_\_\_\_\_, declaro, como(a) candidato(a) no processo de  
seleção para o Estágio \_\_\_\_\_, na área da 11ª Região Militar,  
assumir inteira responsabilidade em mudar de residência, por conta própria, para a cidade de  
\_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_ (UF), caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus  
para o Exército.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante



**ANEXO “F”**

**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS**

Eu, \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, possuidor da cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, para fins da administração militar, estar ciente dos Arts. 311, 312 e 315 do Código Penal Militar, decreto Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, e sob minha e total responsabilidade, de que todos os documentos apresentados, para efeito deste Aviso de Convocação, são autênticos.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

**RECONHECER  
FIRMA**

*Código Penal Militar - Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.*

*Art. 311 – Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou serviço militar – Pena sendo documento público, reclusão de dois a seis anos; sendo documento particular pena de até cinco anos, podendo ser agravada.*

*Art. 312 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou adversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar – Pena reclusão, até cinco anos se o documento é público; até três anos se o documento é particular.*

*Art. 315 – Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados por outrem, a que se referem os artigos anteriores – Pena cominada à falsificação ou a alteração.*

**ANEXO “G”**

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO**

1. Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), Idt nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nascido(a) aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, filho(a) de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_, declaro, sob as

penas da lei, para fim de comprovação junto à 11ª Região Militar, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido(a) em cargo público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios, ressalvado cargo ou emprego privativo de profissional de saúde, dentro do limite previsto na alínea c) do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal.

2. Tenho plena ciência de que, caso após incorporado(a) ao Exército Brasileiro venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, em desacordo com o previsto na alínea c) do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, serei licenciado(a) imediatamente das fileiras do Exército, por ferir o disposto no Art. 142, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos Arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e Art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

**ANEXO “H”**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIALIZAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DE SER SÓCIO OU PARTICIPAR**

1. Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), Idt nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nascido(a) aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, filho(a) de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_, estou ciente, que, após ser incorporado às fileiras do Exército, estou impedido de comercializar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no Art. 29 do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 09 de Dezembro de 1980.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

**ANEXO “I”**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo),  
Idt nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nascida aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_, filha de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_,  
declaro, para efeito do processo  
de seleção ao Estágio \_\_\_\_\_, que fui alertada e tomei ciência de  
que:

a. o estado de gravidez não impossibilita a minha participação nesse processo, entretanto impede a incorporação para o estágio acima, em virtude dos riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas, posteriormente, na prestação do Serviço Militar Temporário; e

b. sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, **e por escrito**, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

**ANEXO “J”**

**PARECER DO COMANDANTE DA ORGANIZAÇÃO MILITAR**

1. Declaro, junto ao Comando da 11ª Região Militar, que o(a) \_\_\_\_\_  
(posto/graduação) \_\_\_\_\_ (nome  
completo), Idt nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nascido(a) aos \_\_\_\_\_ dias do mês de  
\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, filho(a) de  
\_\_\_\_\_ e de  
\_\_\_\_\_, ocupa o cargo de  
\_\_\_\_\_ e não possui em seus assentamentos nada que desabone a sua  
conduta militar e que, por isso, possui parecer favorável deste Comando para participação no  
processo de seleção/20\_\_ ao Estágio \_\_\_\_\_.

2. Em caso de incorporação, este (a) militar, prioritariamente, não deve retornar para  
servir nesta Organização Militar. Caso seja autorizado pelo Comando da 11ª Região Militar, em  
caráter excepcional, o seu retorno, o (a) militar não poderá voltar a ocupar a mesma carteira, nem  
desempenhar as mesmas atividades técnico-científico que desempenhava no posto anterior.

3. Insta ressaltar ainda que, devido à incompatibilidade de datas entre o resultado do  
edital e a convocação de outro militar, a vaga aberta em decorrência da incorporação deste (a)  
militar em posto superior, somente será recompletada por meio do processo seletivo do ano  
seguinte.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do Cmt/Ch/Dir OM)

Nome e posto do Cmt/Ch/Dir OM

(e Carimbo da OM)

**ANEXO “K”**

**REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

Exmo Sr Comandante da 11ª Região Militar

OBJETO : isenção da taxa de inscrição

Sr Comandante

1. Eu \_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, nascido na cidade de \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ (por extenso), identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, vem requerer a V Exa isenção da taxa de inscrição do processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário no ano de 20\_\_\_\_.

2. Declaro, sob as penas da lei, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos Arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e Art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer Organização Militar sediada na cidade de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Local e data)

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante



**“ANEXO M”**

**PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE - OTT**

**Habilitação mínima exigida:**

Graduação em curso de Nível Superior para a qual o(a) candidato(a) está se inscrevendo.  
(Quando exigido no “Anexo M”, se faz obrigatório possuir pós-graduação)

**Títulos/Cursos/Estágios Militares/Publicações/Atividade Profissional e outros:**

<b>1. Títulos</b>	<b>Pontuação Atribuída</b>
a. doutor. Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 1 título de Doutor)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior	6,0
b. mestre. Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 1 título de Mestre)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior	4,5
c. especialização/MBA/Residência (mínimo de 360 horas). Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (no máximo 1 título de Especialização/MBA realizado em instituição de ensino cadastrado no e-MEC.	
Certificado emitido por Instituição de Ensino Superior	2,0
d. Graduação em curso de Nível Superior na área para a qual o(a) candidato(a) está se inscrevendo (no máximo 1 Diploma)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior	3,0
<b>2. Cursos (que tenham relação direta com a Graduação)</b> <b>(Para se atingir a carga horária mínima exigida, não será possível o acúmulo de pontuação com outros certificados/diplomas)</b>	
Cursos de aperfeiçoamento (cursos com carga horária de, no mínimo, 120 horas) (no máximo de 1 curso)	0,5 ponto por diploma
<b>3. Serviço Militar/Estágio Militar Voluntário prestado por candidatos(as) do sexo masculino ou feminino</b> (máximo 1 Estágio)	
a. Serviço Militar Inicial prestado por estudantes voluntários(as) de Estabelecimento de Ensino Médio, Técnico-Profissional e Educação Superior oferecido pelas Escolas de Instrução Militar (EsIM)	1,00
b. Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT)	
c. Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST)	



d. Estágio de Serviço Técnico (EST)

e. Estágio de Adaptação e Serviço (EAS)

**4. Artigos Científicos (que tenham relação direta com a Graduação para a qual o(a) candidato(a) está concorrendo)**

Os artigos serão classificados de acordo com o Qualis vigente na data da publicação deste Aviso de Seleção, conforme descrito abaixo:

O Qualis é o sistema utilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Ministério da Educação, que avalia a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir de análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

a. Artigo Científico: classificação – Qualis A1  
No máximo 1.

1,00

b. Artigo Científico: classificação – Qualis A2 (ou classificação superior).  
No máximo 1.

0,9

c. Artigo Científico: classificação – Qualis B1 (ou classificação superior).  
No máximo 1.

0,8

d. Artigo Científico: classificação – Qualis B2 ou classificação superior.  
No máximo 1.

0,7

e. Artigo Científico: classificação – Qualis B3 ou classificação superior.  
No máximo 1.

0,6

f. Artigo Científico, classificado como Qualis C ou classificação superior.  
No máximo 1.

0,5

**5. Livro (que o tema e/ou assunto abordado tenha relação direta com a Graduação para a qual o(a) candidato(a) está concorrendo)**

a. Livro (No máximo 1);

b. A publicação deve integrar o Sistema de identificação numérica, conhecido como ISBN (International Standard Book Number); e

c. o(a) candidato(a) não poderá pontuar cumulativamente como autor, coautor, organizador ou autor de capítulo, devendo escolher apenas uma das categorias para fins de pontuação.

Autor/Coautor/Organizador

1,0 ponto

Autor de Capítulo

0,5 ponto

**6 – Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio militar, como militar**

O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 3 (três) casas decimais.

0,007, ponto/dia trabalhado

**7 – Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio civil**

O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 3 (três) casas decimais.	0,006 para cada dia trabalhado
---	--------------------------------

**8 - Outras pontuações**

a. Registro ou Inscrição como Advogado, após a conclusão do bacharelado em Direito, no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil; - OAB(somente para candidatos(as) inscritos na área de Direito); - Será computada apenas 1 (uma) inscrição na OAB; e - Não será computado o Registro ou Inscrição obtido como estagiário.	4,0 pontos
--	------------

**“ANEXO N”**

**ÁREAS E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE**

<b>GUARNIÇÃO</b>	<b>ESPECIALIDADE</b>	<b>CURSO DE NÍVEL SUPERIOR OBRIGATÓRIO</b>	<b>PÓS-GRADUAÇÃO OBRIGATÓRIA</b>	<b>Nº DE VAGAS + CADASTRO RESERVA</b>
Brasília - DF	Direito	- Bacharel em Direito	-	1 + CR
	Direito – Direito Administrativo	- Bacharel em Direito	Direito Administrativo	1 + CR
	Direito – Direito Internacional	- Bacharel em Direito	Direito Internacional	1 + CR
Cristalina - GO	Direito	- Bacharel em Direito	-	1 + CR
Formosa - GO	Direito	- Bacharel em Direito	-	1 + CR

Para o Estágio de Serviço Técnico (EST), poderão se cadastrar militares temporários da ativa (praças), reservistas de 1ª e 2ª categorias, cidadãos dispensados de prestar o Serviço Militar Inicial (possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI) e mulheres, todos voluntários, possuidores dos cursos de ensino superior, na área abaixo descrita:

**Observações:**

- as áreas são definidas conforme a Portaria nº 171-DGP, de 8 de julho de 2009 (Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército Destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT); e
- para os(as) candidatos(as) a cargos que exigem qualificação regulamentada por lei, é obrigatório o Registro no respectivo Conselho ou Ordem de Profissionais, se houver.
- Quando houver a necessidade de comprovação do registro profissional junto ao Conselho de Profissionais, será obrigatório a comprovação de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou Ordem (quando houver), em condição de legitimidade para o exercício da profissão, incluindo a correspondente habilitação ao exercício da profissão na especialidade a que concorrer, a fim de impedir a incorporação de profissional que esteja com a sua habilitação suspensa ou cassada, com reprodução/cópia autenticada em cartório.
- Será obrigatório no ato da incorporação comprovar inscrição e regularidade junto ao órgão de classe do respectivo Estado/Distrito Federal onde ocorrerá a incorporação.
- O Cadastro de Reserva não garante a incorporação e estará sujeito às seguintes condições:

- a) abertura/disponibilidade de vagas;
- b) limite orçamentário do Exército Brasileiro; e
- c) interesse da Administração Pública.

## “ANEXO O”

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERENCIAÇÃO LEGISLATIVA

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### DIREITO PENAL

Decreto-Lei nº 2.848/40 - Parte Geral e Parte Especial do Código Penal.

Decreto-lei 3688/41 - Lei de Contravenções Penais.

Lei nº 8.429/92 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Lei nº 9.296/96 - Lei das Interceptações telefônicas, que Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

Lei nº 9.455/97 - Define os crimes de tortura e dá outras providências.

Lei nº 9.605/98 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei nº 9.613/98 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.

Lei nº 10.741/03 - Estatuto do Idoso

Lei nº 11.343/06 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Lei nº 10.826/03 - Estatuto do Desarmamento

Lei nº 12.846/13 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Decreto nº 4.346/02 - Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências;

Lei nº 13.869/19 - Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade;

Lei nº 13.709/19 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Lei nº 12.850/13 - Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal.

Lei nº 7.716/89 - Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Lei nº 13.146/2015 - Crimes contra pessoas com deficiência.

Lei nº 8.069/90 - Crimes relativos à Criança e ao Adolescente.

Lei nº 8.072/90 - Crimes hediondos.

Lei nº 8.137/90 - Crimes contra a ordem tributária e as relações de consumo.

Lei nº 14.133/21 - Crimes referentes a licitações e contratos administrativos.

Lei nº 9.503/1997 - Crimes de Trânsito

Lei nº 9.605/98 - Crimes contra o meio ambiente.

Lei nº Lei nº 9.613/98 - Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Lei nº 10.741/03 - Crimes referentes ao idoso.

Lei nº 10.826/03 - Estatuto do Desarmamento.

Lei nº 13.869/19 - Crimes referentes ao abuso de autoridade.

Lei nº 9.296/96 - Crimes relativos à interceptação telefônica.

Lei nº 12.850/13 - Crime de organização criminosa.

Lei nº 13.344/16 - Tratamento jurídico do tráfico de pessoas.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Decreto-Lei nº 3.689/40.

Princípios que regem o processo penal.

Aplicação e interpretação da lei processual.

Inquérito policial, Investigação Criminal e Ação Penal.

Jurisdição e Competência.

Reparação do dano *ex delicto*. Ação civil e execução civil da sentença penal.

Questões e processos incidentes.

Prova.

Sujeitos do processo.

Prisão e medidas cautelares pessoais alternativas à prisão.

Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação.

Sentença. Coisa Julgada.

Interdição de direitos.

Medida de segurança.

Procedimento comum

Procedimentos especiais.

Procedimento nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos.

Procedimento nos crimes contra a honra.

Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial.

Lei nº 9.099/95 - Juizados especiais criminais.

Nulidades.

Recursos e outros meios de impugnação.

Teoria Geral dos Recursos.

Apelação. Recurso em sentido estrito. Embargos. Carta testemunhável. Correição parcial.

Habeas corpus. Mandado de segurança em matéria criminal.

Execução Penal.

Disposições processuais penais em leis especiais.

Prisão temporária.

Crimes hediondos.

Proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e a réus colaboradores.

Crimes de drogas.

Interceptação (ou escuta) telefônica.

Abuso de Autoridade.

## **DIREITO CIVIL**

Lei nº 10.406/02.

Sujeitos de direitos e deveres: pessoa física e pessoa jurídica.

Fatos, atos e negócios jurídicos.

Prescrição e decadência.

Direito de Empresa. Empresário e espécies de sociedades.

Posse e Propriedade.

Responsabilidade civil.

Direito de Família.

Direito das Sucessões.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Lei nº 13.105/15 - Código de Processo Civil.

Normas processuais civis: normas (regras e princípios) fundamentais; interpretação e aplicação.

Função Jurisdicional: jurisdição, limites e cooperação internacional.

Competência interna: critérios determinativos. Competência absoluta e relativa.

Modificação da competência. Incompetência. Cooperação nacional.

Sujeitos do processo. Partes e Procuradores. Capacidade processual. Deveres das partes e dos procuradores. Responsabilidade por dano processual. Sucessão, substituição e representação.

Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da justiça.

Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenção voluntária e provocada.

Assistência.

Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica. *Amicus curiae*. Outras intervenções.

Juiz. Poderes, deveres e responsabilidades. Impedimentos e suspeição.

Ministério Público. Perfil constitucional. Intervenção como parte. Intervenção como fiscal da ordem jurídica. Poderes investigatórios. Responsabilidades. Impedimentos e suspeição. Advocacia pública.

Regime processual.

Defensoria pública. Regime processual.

Métodos de resolução dos litígios individuais e coletivos.

Conciliação, mediação, negociação e formas alternativas de resolução dos litígios.

Ação. Direito de ação. Teorias. Direito de defesa. Exceções e objeções materiais e processuais.

Processo. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Atos das partes.

Pronunciamentos do juiz.

Prazos. Penalidades e preclusões. Comunicação dos atos processuais.

Fatos jurídicos processuais. Atos, fatos e negócios processuais.

Pressupostos processuais.

Invalidades processuais.

Tutela jurisdicional. Formas de tutela. Classificações. Tutela provisória. Tutela definitiva.

Processo e procedimento. Procedimento comum e procedimentos especiais.

Jurisdição contenciosa.

Ações possessórias; Inventário e partilha; Embargos de terceiro; Habilitação;

Ações de família.

Processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável,

guarda, visitação, filiação e alimentos.

Ação monitoria. Jurisdição voluntária: Disposições gerais; alienações judiciais; divórcio, separação, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio; testamentos e codicilos; herança jacente; bens dos ausentes; coisas vagas; interdição, tutela e curatela e estatuto da pessoa com deficiência; Organização e fiscalização das fundações.

Procedimento comum: petição inicial e seus requisitos, registro e distribuição, valor da causa, cumulação de pedidos; deferimento, indeferimento e emenda da inicial; improcedência liminar do pedido; audiência de conciliação ou mediação; transação e homologação; contestação e reconvenção; revelia e seus efeitos; providências preliminares e saneamento; julgamento conforme o estado do processo; saneamento e organização do processo; audiência de instrução e julgamento; provas; provas ilícitas.

Sentença. Coisa julgada.

Cumprimento provisório e definitivo da sentença.

Processo de execução: execução em geral; partes; competência; requisitos; formação, suspensão e extinção da execução; responsabilidade patrimonial; fraudes; espécies de execução: para entrega de coisa, das obrigações de fazer ou de não fazer e por quantia certa; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública.

Oposição à execução: impugnação ao cumprimento de sentença; embargos à execução; defesa por simples petição.

Recursos: disposições gerais; apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração.

Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.

Recurso Ordinário Constitucional. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Embargos de Divergência. Noções gerais e hipóteses de cabimento. Julgamento dos recursos repetitivos.

Precedentes e julgados vinculantes. Precedente, jurisprudência e súmula. Efeito vinculante. Limites do efeito vinculante. Fundamentos relevantes. Distinção e superação.

Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência.

Ação de usucapião. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. *Habeas data*.

Lei nº 4.717/65 - Ação Popular.

Lei nº 9.099/95 - Juizado Especial Cível. Juizado Especial Federal. Juizado Especial da Fazenda Pública.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Princípios fundamentais.

Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Ações Constitucionais.

Nacionalidade e direitos políticos. Partidos políticos.

Controle de constitucionalidade.

Organização do Estado. Federalismo. Repartição de competências. Intervenção federal e estadual.

Organização dos poderes.

Ministério Público. Organização, princípios, funções, garantias e vedações.

Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.



Tributação e orçamento. Sistema tributário nacional e finanças públicas.

Ordem Econômica e Financeira. Dos princípios gerais da atividade econômica; da política urbana; da política agrícola e fundiária; da reforma agrária.

Ordem Social.

Saúde.

Educação.

Meio ambiente.

Da família, da criança, do adolescente e do idoso.

Forças Armadas.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Lei nº 14.133/2021 - Licitação e contratos administrativos.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Intervenção do Estado na ordem econômica e fomento de atividades privadas de interesse público.

Regime jurídico administrativo e princípios da Administração Pública.

Poderes administrativos. Poder de Polícia.

Agentes públicos.

Responsabilidade civil do Estado.

Lei nº 8.987/95 - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no Art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Lei nº 9.636/98 - Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.

Lei nº 4.132/62 - Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

Lei Complementar nº 101/00 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei nº 9.784/99 - Processo administrativo.

Lei nº 8.987/95 - Serviços públicos. Concessão de serviço público.

Lei nº 8.429/92 - Improbidade administrativa.

Lei complementar nº 101/00 - Responsabilidade fiscal.

Lei nº 3.765/60 - Pensões Militares.

Decreto nº 4.346/02 - Regulamento Disciplinar do Exército.

Lei nº 6.880/80 - Estatuto dos Militares.

Lei nº 4.375/64 e Decreto nº 57.654/66 - Lei do Serviço Militar.

## **DIREITO AMBIENTAL**

Lei nº 12.651/12 - Novo Código Florestal Brasileiro.

Lei nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais.

Lei nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente.

Lei nº 5.197/67 - Lei de Fauna.

Lei nº 9.433/97 - Política Nacional de Recursos Hídricos.

Lei nº 9.985/00 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Lei nº 6.902/81 - Área de Proteção Ambiental.

Lei nº 8.171/91 - Política Agrícola.

### **DIREITO PENAL MILITAR**

Decreto-lei nº 1.001/69. Código Penal Militar.

Direito Penal Militar

Direito Penal Militar e Direito Disciplinar Militar. Diferenciação.

Aplicação da Lei Penal Militar. Lei Penal Militar no Tempo. Lei Penal Militar no Espaço.

Lei penal militar nas prerrogativas de função. Disposições finais sobre a aplicação da lei penal militar. Do crime. Teoria Geral do Crime militar: Fato típico militar, Antijuridicidade, Culpabilidade, Erro, *Iter criminis* e Concurso de pessoas.

Das penas, medidas de segurança e efeitos da condenação. As consequências jurídicas do crime militar.

Ação penal militar. Generalidades. Espécies. Princípios. Condições gerais.

Rejeição.

Extinção de punibilidade.

Crimes militares em tempo de paz. Conceito e definição doutrinária e legal de crime militar. Tipos penais. Parte geral e especial.

Crimes militares em tempo de guerra. conceito e definição doutrinária e legal de crime militar.

Tipos penais. Parte geral e especial.

Deserção e insubmissão.

Diferenças e semelhanças entre o Direito Penal Militar e o Comum.

Lei complementar nº 97/99 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**

Decreto-lei nº 1.002/69 - Código de Processo Penal Militar.

Da lei de processo penal militar e da sua aplicação.

Fontes de Direito Judiciário Militar.

Aplicação subsidiária.

Interpretação literal.

Interpretação extensiva ou restritiva.

Suprimento dos casos omissos.

Da Polícia Judiciária Militar.

Do Inquérito, da Ação Penal Militar e do Processo Penal Militar em Geral.

Do Juiz, Auxiliares e Partes do Processo.

Da Denúncia, do Foro Militar e da Competência.

### **REFERÊNCIAS**

Legislação em vigor, até a publicação do ato convocatório, pertinente ao conteúdo programático. Súmulas Vinculantes. Súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.